



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

ELISA BORGES

**O CENTRO CÍVICO E RECREATIVO JOSÉ BOITEUX
E SUA ATUAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS NA DÉCADA DE 1920**

FLORIANÓPOLIS

2019

ELISA BORGES

**O CENTRO CÍVICO E RECREATIVO JOSÉ BOITEUX
E SUA ATUAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS NA DÉCADA DE 1920**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à banca de avaliação da
Universidade Federal de Santa
Catarina, para obtenção do Grau de
Bacharela e Licenciada em História.
Orientadora: Dr^a. Luana Teixeira.

FLORIANÓPOLIS

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Borges, Elisa

O CENTRO CÍVICO E RECREATIVO JOSÉ BOITEUX E SUA ATUAÇÃO
EM FLORIANÓPOLIS NA DÉCADA DE 1920 / Elisa Borges ;
orientador, Luana Teixeira, 2019.

73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Pós-abolição. 3. Protagonismo negro. 4.
Florianópolis. I. Teixeira, Luana. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título. |



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88 040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Elisa Borges, matrícula n.º 12103768, entregou a versão final de seu TCC cujo título é O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux e sua atuação em Florianópolis na década de 1920, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 8 de julho de 2019

Orientador(a)



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove , às 14 horas e 00 minutos, na sala 332/ CFH, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof^a. Dr^a: Luana Teixeira (Orientador(a) e Presidente); Prof. Dr: Henrique Espada Lima (Titular); Fábio Garcia (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 55/HST/CFH/2019, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Elisa Borges, intitulado: **“O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux e sua atuação em Florianópolis na década de 1920”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o Acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof^a. Dr^a: Luana Teixeira, nota 9, Prof. Dr: Henrique Espada Lima, nota 9, Fábio Garcia, nota 9, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 9. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 10 de julho de 2019. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 21 de maio de 2019

Prof^a. Dr^a: Luana Teixeira (Orientador(a))

Prof. Dr: Henrique Espada Lima (Titular)

Fábio Garcia (Suplente)

Elisa Borges (Acadêmico)

AGRADECIMENTOS

Foi uma longa jornada até chegar aqui. E não é fácil escolher e citar as pessoas que foram importantes nessa minha caminhada. Ainda mais porque o papel torna as coisas mais importantes, “oficializa”, traz reconhecimento.

Agradeço às minhas queridas e amadas filhas, Maria Clara e Helena, que talvez não saibam, mas são minhas principais incentivadoras. Obrigada Maria, por teres assumido alguns cuidados com a maninha enquanto eu terminava um raciocínio. Por terem compreendido inúmeras vezes que eu precisava estudar. Por ajudarem-se mutuamente em minha ausência.

O curso de História me possibilitou conhecer pessoas que carregou para além da UFSC. Agradeço as minhas queridas amigas, Valéria Gontarczyk, Gilmara Oliveira, Ana Júlia Infante e Marine Gelsleuchter, por terem me tranquilizado, me dado força quando precisei e proporcionado boas risadas. Marine, obrigada por revisar meu trabalho. À Josyanne Pasetti e Bruna Gavério, por terem me proporcionado algumas risadas; Amanda Koschnik, Fanny Spina e Mauricio Pietrobelli por terem sido além de colegas de curso, companheiros no movimento estudantil da UFSC.

Ao meu companheiro, também colega de curso, Lênio Kauê por ter me motivado e falado inúmeras vezes que eu conseguiria; pela sua paciente cobrança; por ter me dado várias orientações ao longo da pesquisa.

Por terem viabilizado e apoiado, agradeço aos meus pais, Silvana e Marco Antônio. Ao meu irmão Raoni e minha irmã Laila, por terem facilitado tantas vezes cuidando de minhas filhas.

Aos meus sogros, Luiz Jânio e Maristela, por também terem contribuído para este processo, mesmo que à distância.

À Gisele Miotto, por ter me mandado parir esse TCC de uma vez. À Isadora Azevedo, por ter partilhado experiências e compreendido minhas dificuldades de escrita.

À professora Beatriz Mamigonian, que me sugeriu trabalhar com o Pós-abolição e fez a “ponte” com minha orientadora.

À minha orientadora, Luana Teixeira, que foi essencial; e por sua paciente compreensão com os sucessivos prazos estendidos.

À querida professora Andréa Ferreira Delgado, que foi maravilhosa comigo e me proporcionou fazer parte do programa Santa Afro Catarina na Escola, que de certa maneira contribuiu para a escolha do tema de meu trabalho.

Ao professor Henrique Espada, que ministrou a melhor disciplina que cursei na graduação, Laboratório de Pesquisa: Microanálise e História Social.

À professora Mônica Martins, que me orientou na escrita de meu relatório de estágio, e sempre esteve disposta a ajudar.

Ao professor Hermetes Araújo, por ter me disponibilizado sua dissertação de mestrado.

RESUMO

O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, foi fundado em janeiro de 1920 por homens negros que tinham alguns interesses em comum, dentre os quais, erguer uma herma a Cruz e Sousa no centro da cidade e promover a instrução a todos que necessitassem. Neste período, Florianópolis passava por inúmeras mudanças paisagísticas e sociais, protagonizadas por governantes republicanos. O objetivo dessa pesquisa é investigar a atuação do Centro Cívico e alguns de seus sócios na vida cotidiana de Florianópolis, bem como perceber e identificar suas estratégias frente a política de higienização da cidade, observar suas articulações para vencer o racismo e os múltiplos interesses de seus associados. A partir de publicações de jornais da época foi possível percorrer a trajetória dessa agremiação e entender como estes homens estavam ativos e percebendo as mudanças do entorno.

Palavras-chave: Centro Cívico e Recreativo José Boiteux; Florianópolis; Década de 1920; Protagonismo negro; Estratégias; Pós-abolição.

ABSTRACT

José Boiteux Civic and Recreational Center was founded in January 1920 by black men with common interests, such as building a herma to Cruz e Sousa in the city center and promote the education of those who needed. During this period, Florianópolis was undergoing many landscape and social changes made by the republican government. The objective of this research is to investigate the actions of José Boiteux Center and their associates in the everyday of Florianópolis, as much as to perceive and identify its strategies due to sanitation policies in the city, to observe its articulation to win the fight against racism and all the associated interests. From newspaper articles from that time it was possible to follow the tracks of this association and understand how these people were active and perceive the changes around them.

Keywords: José Boiteux Civic Center; Florianópolis; 1920s; Black protagonism; Strategies; Post-abolition.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CCRJB – Centro Cívico e Recreativo José Boiteux

HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Liga – Liga Operária Beneficente

SBUTF – Sociedade Beneficente União dos Trabalhadores de Florianópolis ou União dos Trabalhadores de Florianópolis

UBRO – União Beneficente Recreativa Operária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: Contextualização histórico-social	19
1.1 A legislação e o estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux.....	22
1.2 As comemorações de 13 de Maio	29
CAPÍTULO 2: Associados do Centro Cívico e suas relações políticas	37
2.1 A pluralidade de profissões e trajetórias dos associados	40
2.2 A Escola Noturna Cruz e Sousa	50
2.3 A herma a Cruz e Sousa	52
2.4 Disputas Internas: de Centro Cívico Recreativo José Boiteux a Centro Cívico e Recreativo Cruz e Sousa.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
LISTA DE FONTES	66
REFERÊNCIAS	68
ANEXO	71

INTRODUÇÃO

O tema a ser abordado aqui partiu de um interesse durante o fim da graduação pela História Social, pela micro-história e pelo período do pós-abolição (1888-). Inicialmente não sabia ao certo qual caminho trilhar, mas bastaram algumas conversas de orientação e trocas de e-mails, para que meu tema aparecesse. Minha orientadora e eu achamos interessante seguir a pesquisa em torno do “Centro Cívico e Recreativo José Boiteux” (CCRJB), que é frequentemente citado nos estudos sobre o pós-abolição em Santa Catarina, mas nunca foi o foco principal destes. Tive sede de curiosidade e um leve frio na barriga sobre as expectativas. Enquanto já montava a estrutura de meu trabalho, acreditei na possibilidade de encontrar inúmeras notícias de jornais sobre um único associado e a partir disso escrever sobre sua trajetória, como se fosse fácil e provável conseguir todas as informações que julgava serem necessárias para desenvolver meu TCC. Logo percebi que não seria assim, que trabalharia sobre o que as fontes me possibilitassem, alinhada à historiografia já produzida. Em alguns momentos foi necessário perceber alternativas, desviar um pouco, recuar, para então, seguir em frente. Para tanto, foram necessárias leituras que me auxiliaram no processo de escrita. A bibliografia sobre o pós-abolição é vasta, não foi difícil me inserir no tema. Fiz uma seleção, com ajuda de minha orientadora, de artigos, teses e dissertações, e à medida que ia lendo, ia esboçando a estrutura de meu trabalho.

Depois de ler o texto apresentado no “Encontro de Escravidão e Liberdade” de 2015, por Lucia Helena Oliveira, em que cita a análise de Moura, que afirma que “o negro no Brasil foi sempre um organizador desde a escravidão e principalmente depois de seu término”¹, vi a necessidade de refletir sobre a organização dos afrodescendentes antes do término da escravidão, focando mais nas Irmandades.

Para percorrer esse caminho, utilizei o artigo de Mortari², “A Irmandade do Rosário e seus irmãos africanos, crioulos e pardos”, que contribuiu para entender o que era uma Irmandade, sua organização e as estratégias de auxílio mútuo desenvolvidas durante a escravidão. A fim de compreender as relações entre as

¹ MOURA, Clóvis apud SILVA, Lucia Helena Oliveira. Associativismo negro: federação paulista dos homens de cor (1910- 1936). 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2015, Curitiba. p. 1.

² MORTARI, Cláudia. A Irmandade do Rosário e seus irmãos africanos, crioulos e pardos. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Org.). História Diversa: Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, EdUFSC, 2013.

Irmandades e as organizações pós-abolição dialoga com artigo de Sayão³ sobre heranças da Irmandade do Rosário no pós-abolição em Laguna; e a tese de Rascke⁴, sobre as associações variadas de afrodescendentes que estiveram presentes em Florianópolis entre as décadas de 1920 e 1950. Ambos os autores confluem para a análise de relação entre estes espaços distintos. Araújo⁵, em sua dissertação de mestrado (1989), aborda Florianópolis no seu processo “modernizador”, cita as reformas urbanas que ocorreram na cidade ao longo das primeiras décadas do século XX e o reajustamento causado por elas, utilizo-o para entender o contexto da época. Também considero relevante a contribuição de Moraes⁶ sobre as relações políticas, alternâncias de governo e os interesses diretos de alguns políticos republicanos em Santa Catarina.

Em relação ao objeto de pesquisa, começo analisando a estrutura do estatuto, uma possível legislação sobre os estatutos, quais tópicos deveriam ser abordados, por que foi publicado em jornal... Diante dessas buscas de elucidação, utilizo o artigo de Leuchtenberger⁷, em que destaca a organização de associações voluntárias de trabalhadores de Florianópolis num recorte mais amplo, antes do início da República até a década de 30. Rascke⁸ se tornou minha principal interlocutora. Ela dedica o segundo capítulo de sua tese sobre o CCRJB, discute sobre o estatuto, as comemorações do 13 de maio e os desenlaces internos. Foi através, principalmente, da dissertação de Bartholomay⁹ que percebi e dialoguei com alguns aspectos acerca das comemorações de 13 de maio. Teixeira¹⁰ em seus artigos sobre associativismo negro em Florianópolis contribui em diversos pontos dessa pesquisa. Contribuindo

³SAYÃO, Thiago Juliano. *As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição*, Laguna (SC). Revista Brasileira de História, v. 35, n. 69, p. 131-154, 2015.

⁴RASCHE, Karla Leandro. *Entre a caneta e o pandeiro: letras e enredos de agremiações afrodescendentes em Florianópolis-SC (1920 a 1950)*. Tese (Doutorado em História), PUC-SP, 2018.

⁵ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. 1989. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

⁶MORAES, Marcos Juvêncio de. *Do governo provisório ao fim da Primeira República: 30 anos de intrigas políticas no Governo Catarinense*. PUC-RS. s/d

⁷LEUCHTENBERGER, Rafaela. *A organização e a atividade das associações voluntárias de socorro mútuo de trabalhadores de Florianópolis-SC (1886-1932)*. Mundos do Trabalho, v. 4, n. 7, p. 57-84, 2012.

⁸RASCHE, 2018.

⁹BARTHOLOMAY FILHO, Fernando. *A memória da abolição em Santa Catarina: imprensa, cultura histórica e comemorações (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2014.

¹⁰TEIXEIRA, Luana. *Associativismo negro em Florianópolis nos anos 1910 e 1920 no prelo*.

TEIXEIRA, Luana. *Os homens do Centro: política, classe e raça na Florianópolis dos anos 1920 no prelo*.

para pensar as relações políticas estabelecidas pelo CCRJB; as trajetórias de alguns associados; perceber outros espaços associativos de Florianópolis nas décadas de 1910 e 1920, bem como a participação de alguns membros do Centro Cívico nesses espaços.

Para me auxiliar no início da pesquisa sobre a identidade dos associados, suas expectativas e os campos do pós-abolição em Florianópolis, bem como parte da historiografia já produzida e as questões que faltam ser tratadas, recorria dois artigos de Domingues¹¹. Como mencionado anteriormente, a bibliografia sobre o pós-abolição é vasta e utilizei apenas algumas obras nesse processo.

As fontes que analiso são artigos de jornais da década de 1920, a maioria deles exemplares de “Republica” e “O Estado”. Minhas buscas ficaram restritas a pesquisas no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Na caixa de busca por períodos, delimito os anos da pesquisa, que focou na década de 20, mas não se manteve restrita a esta – principalmente em relação aos sócios do CCRJB, outros períodos apresentavam resultados. Nessa mesma caixa de pesquisa, não fiz seleções de periódicos, e os termos de busca eram por vezes “Centro Cívico e Recreativo José Boiteux”, e em outros momentos “Centro Cívico”, para encontrar diferentes notícias e manchetes. No segundo capítulo minhas buscas passam para os nomes de determinados associados. Não tive acesso às atas ou livro de registros que disponibilizassem os nomes de associados e/ou suas profissões. Parti dos nomes que assinaram a moção de apoio a Hercílio Luz, em 1920. Dentre esses nomes pré-seleccionei e optei por trazer outros sujeitos além de Trajano Margarida e Ildfonso Juvenal, intelectuais ativos nos jornais e que foram alvo de pesquisa de Garcia¹² et al¹³. Felizmente, eram muitos nomes que fugiam a Margarida e Juvenal,

¹¹DOMINGUES, Petrônio. *Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)*. Revista Brasileira de História, v. 34, n. 67, 2014. p.251-281.

DOMINGUES, Petrônio. "Um desejo infinito de vencer": o protagonismo negro no pós-abolição. Topoi (Rio de Janeiro), v. 12, n. 23, 2011, p.118-139.

¹²GARCIA, Fábio. *Negras pretensões: a presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX*. Florianópolis: Umbutu, 2007.

¹³Ver: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCHE, Karla Leandro. *Cidadania e expectativas no bairro da Figueira: o surgimento do Figueirense Foot-Ball Club (Florianópolis/SC, 1921 -1951)*. Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI, v. 5, n. 1, p. 99-121, 2016;RASCHE, Karla Leandro. *Imprensa negra e combate ao racismo (Florianópolis, 1914-1925)*. Tempo e Argumento, v. 10, n. 25, p. 38-65, 2018.; DOMINGUES, Petrônio. "Um desejo infinito de vencer": o protagonismo negro no pós-abolição.Topoi (Rio de Janeiro),v. 12, n. 23, 2011, p.118-139.;TEIXEIRA, Luana. *Os homens do Centro: política, classe e raça na Florianópolis dos anos 1920,no prelo*.

então meu recorte foi em tentar encontrar notícias suficientes de membros que eram ativos e participaram das diretorias em algum momento.

No primeiro capítulo busquei inserir o leitor no contexto histórico catarinense de fundação do “Centro Cívico e Recreativo José Boiteux” e traçar um paralelo entre as organizações de Irmandades, presentes no período escravista e no pós-abolição, e Clubes pós-abolição. Escrevo de forma breve o contexto da escravidão, sua emancipação gradual¹⁴ e de como os escravizados não estavam alheios a esse sistema, traçando possibilidades de ajuda mútua. Florianópolis no contexto de fundação do CCRJB é palco de várias reformas urbanas, mudanças significativas que interferem na vida da sociedade da época, em que era preciso tirar a ideia de atraso correspondente ao Império¹⁵.

No item 1.1 busquei descrever e entender os pontos principais do estatuto frente à legislação que o regulamentava na época (1920). A legislação delimitava os pontos que deveriam ser abordados em estatuto e quais os formatos a serem adotados. O estatuto é relevante para entendermos a dinâmica da associação, sendo o principal documento sobre a existência do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. Paralelamente a este documento, abordo notícias sobre atos do CCRJB, demonstrando concordância com o que propunha o estatuto. No item 1.2, por sua vez, trabalhei com as notícias sobre comemorações da abolição com enfoque nas realizadas pelo Centro Cívico, enfatizando seu caráter literário e as participações políticas. Cito também as comemorações da abolição anos antes da fundação do CCRJB, pois tinham como organizadores, Trajano e Ildefonso, intelectuais negros também presentes na instituição estudada.

No segundo capítulo, me senti mais à vontade em escrever. Mergulhar sobre a história desses sujeitos foi algo que despertou curiosidade e expectativas. Dando continuidade ao primeiro capítulo, o segundo capítulo começa especulando sobre quem seriam os associados do Centro Cívico e suas relações políticas. Durante minhas buscas na HDBN, encontrei algumas notícias que se relacionavam a políticos republicanos, além do próprio patrono do CCRJB. As notícias eram diversas, majoritariamente sobre recepções de políticos no porto; inauguração de retratos no

¹⁴ ANDREWS, George Reid. *Um raio exterminador* – As guerras pela liberdade 1810-1890. In: ANDREWS, George Reid. *América Afro Latina, 1800 – 2000*. EdUFSCar, 2007. p.87.

¹⁵ ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral*. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

salão do Centro Cívico; moção de apoio; e felicitações por aniversários. Quis ir mais a fundo para entender esses sujeitos e suas relações político-sociais. Porque o Centro Cívico mantinha relações próximas com políticos republicanos? Havia interesses em comum? Quais?

A partir disso, no item 2.1 procurei levantar as trajetórias de alguns sócios, e – quando possível – suas profissões, para entender a pluralidade do CCRJB, e se este aspecto influenciava internamente em sua estrutura e atuações. Optei por trabalhar com sócios “desconhecidos” e que as fontes me permitiram: João Ubaldo Falcão, Eduardo e Romualdo Farias, Agrícola Guimarães, Epaminondas Vicente de Carvalho e Leonel Martins dos Santos.

No tópico seguinte, 2.2 exploro um pouco sobre um dos feitos do Centro Cívico: poucos meses após sua fundação, a instauração da “Escola Noturna Cruz e Souza”. Já no item 2.3, abordo também sobre outra realização do Centro Cívico, a inauguração da “Herma de Cruz e Sousa” em abril de 1923. E por último, no item 2.4, trabalho com notícias sobre disputas internas que levaram ao rompimento de alguns sócios em 1922, e a mudança do nome do CCRJB em 1923.

Para isso, utilizo-me da historiografia sobre a Primeira República e a necessidade de enxergar esse recorte temporal como um momento ativo. Gomes e Abreu abordam a necessidade de revermos os termos que denominamos alguns períodos, como República “Velha” e Estado “Novo”, por exemplo, pois implicam em concepções nem sempre alinhadas, e que segundo elas:

[...] tal periodização, reforçando formas de nomear/compreender o tempo, está defendendo valores e criando concepções ligadas a uma tradição inventada de antiliberalismo, que condena não só as ideias liberais, como também suas práticas, seus atores sociais e suas instituições e organizações político-culturais¹⁶.

Tais formas de analisar a Primeira República tende(ria) a reproduzirmos uma história avessa, em que não havia ações e ideias, um período de desorganização e baderna. Gomes e Abreu destacam que a concepção do Estado Novo, nos fez crer numa República “velha e oligárquica”, afastada do “povo brasileiro”, ausente de participações, fazendo com [...] “que os variados tipos de associativismo, são assim, geralmente desqualificados como ineptos e/ou desnecessários”¹⁷.

¹⁶GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. *A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia*. Tempo, v.13, n.26, 2009, p.3.

¹⁷*Ibidem*, p.3.

Perceber que os sujeitos não ficaram inertes na busca pelos “direitos sociais que se tornavam mais conhecidos e desejados”¹⁸, que se articularam de diversas maneiras e em diversas classes sociais é necessário na compreensão do que foi a Primeira República no Brasil. Por muito tempo a história desse período acabou se voltando mais aos movimentos e movimentações oligárquicas, analisando desta forma apenas uma camada política e social, deixando de lado os vários sujeitos de distintas classes sociais e suas estratégias de inserção como cidadãos nesse processo. Não é recente essa preocupação com a historiografia do ponto de vista de participação política e cultural da Primeira República¹⁹, mas, ainda há muito a se esmiuçar, e é sob esse viés de análise da movimentação social do período, e da história “vista de baixo” com ênfase no pós-abolição, que abordo nesse trabalho. O povo estava presente, e estava ativo.

Utilizo da historiografia sobre o pós-abolição na Primeira República, buscando compreender as articulações dos afrodescendentes nesse período em busca da cidadania que lhes foi “prometida”, sendo um movimento notável em diversos locais do Brasil, e Florianópolis não ficou alheia a isso.

Os estudos explorando o protagonismo negro no pós-abolição em Santa Catarina são diversos, com análises e objetos distintos, e têm se desenvolvido há algumas décadas. Vale destacar alguns aspectos sobre o Estado em questão. Santa Catarina localizada no Sul do Brasil carrega(va) a ideia – junto com os outros estados que compõe o Sul – de que é a “Europa brasileira”; que fora colonizada somente por europeus alemães, italianos, poloneses, ucranianos, portugueses/açorianos, etc. Conseqüentemente, criando a falsa impressão de que só viveram/vivem brancos no estado. Florianópolis, enquanto capital de Santa Catarina e cidade dos desterrados, “tem sido interpretada como terra de tradições açorianas²⁰”. Por vezes a historiografia tratou a presença de afrodescendentes, aqui, como irrelevante.²¹Atualmente, muitos autores abordam o contrário: existiram sim,

¹⁸ *Ibidem*, p.4.

¹⁹ DOMINGUES, Petrônio. *Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)*. Revista Brasileira de História, v. 34, n. 67, 2014, p.253.

²⁰ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Josiane Zimmermann (Org.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: EdUFSC, 2013, p. 11.

²¹ Ver: DOMINGUES, Petrônio. *“Um desejo infinito de vencer”*: o protagonismo negro no pós-abolição. Topoi (Rio de Janeiro), v. 12, n. 23, 2011, p.120; Cf. CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Otávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Editora Nacional, 1960.

africanos e afrodescendentes escravizados em Florianópolis – e em todo o sul do país.

Como afirma Domingues, sobre Desterro (atual Florianópolis):

É verdade que a economia da província não se baseava em latifúndios com grandes plantéis de escravos, mas também é verdade que a mão de obra de origem africana não era, de modo algum, inexpressiva (DOMINGUES, 2011, p.121).

Cardoso e Ianni, na década de 1960, inferem a existência de negros em Florianópolis, mas relativizam o pós-abolição e o racismo existentes. Uma vez que acreditaram que os afro-catarinenses desenvolveram uma “consciência de raça” no período pós-abolição, mas não uma mobilização política, para pôr fim ao racismo²². Os autores não consideraram as movimentações dos afro-catarinenses como estratégias de vencer o racismo, ainda que, nem mesmo as associações da época percebessem e até mesmo colocassem isso dentro deste conceito. Como aborda Maria (1997) *apud* Domingues, em pesquisa focada nas décadas de 30 e 40, mas também aplicável a década de 1920, afirma que

A ausência de um movimento negro organizado de caráter “explicitamente antirracista”, ao menos nas décadas de 1930 e 1940, não teria significado uma omissão dos afro-catarinenses face ao “preconceito de cor”, mas, que suas formas de organização podem ter adquirido características peculiares. “A presença de territórios negros na cidade [de Florianópolis]”, afirma a pesquisadora, “já serve como indício da não apatia dos diferentes grupos negros na definição dos espaços a serem ocupados por eles²³.”

As estratégias dos afro-catarinenses de combate ao racismo e de inserção na sociedade foram diversas, pouco estudadas e até mesmo, não consideradas como tais. Proporcionar aos seus, estudo, instruções cívicas e literárias, por exemplo, não devem ser encaradas como um simples ato de “branqueamento”²⁴, por toda a problemática que esse termo gera no contexto sociocultural.

Assim que a República foi proclamada, Florianópolis muda: o foco era o progresso, a modernização, e na concepção dos governos republicanos, era preciso enquadrar a população nesse projeto. Adequar-se a esse ritmo (que se entendia como “modernização” na época) não era algo fácil. Era preciso se reinventar para se manter diante desse novo sistema, se organizar através de associações em um contexto de identidade de raça, e criar possibilidades através da alfabetização, do

²²CARDOSO; IANNI, 1960 *apud* DOMINGUES,2011, p. 126.

²³ MARIA, 1997 *apud* DOMINGUES, 2011, p.127.

²⁴CARDOSO; IANNI, 1960 *apud* DOMINGUES,2011, p.121.

letramento, de atividades recreativas, e articulações políticas foram algumas das estratégias que os afro-catarinenses desenvolveram para se autopromoverem enquanto setor excluído desse processo modernizador (que ainda era imerso em preconceitos de inferioridade racial). Percebê-los enquanto sujeitos ativos nesse novo processo de integração na sociedade – “novo” no sentido tanto do pós-abolição, quanto do processo de higienização – é necessário, e este será o tema das próximas páginas.

CAPÍTULO 1: Contextualização histórico-social

Desde a escravidão, vemos movimentos de negros em busca de conquistas político-sociais. Isso se deu de diversas maneiras, como organizações em quilombos, irmandades, o próprio candomblé, etc. Segundo Clóvis Moura, o negro no Brasil foi sempre um organizador desde a escravidão, mas principalmente em seu término²⁵. A organização em coletividade sempre foi vista como uma forma de proporcionar melhores condições aos escravizados e no pós-abolição essa articulação permanece se reinventando. Como afirma Teixeira, foi um fenômeno bastante comum “a organização em associações afrodescendentes ao longo da Primeira República”, “especialmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.”²⁶

Em 13 de maio de 1888 todo escravo brasileiro passa a ser livre. Nesse contexto, a marginalização do negro na sociedade se intensifica e as associações pluriprofissionais, cívicas, morais para negros e negras, passam a ocupar espaço.

O Brasil foi o último país nas Américas a abolir a escravidão negra. Mesmo sendo pressionado pela Inglaterra para abolição do tráfico desde 1810, com o Tratado de Aliança e Amizade entre Portugal e Grã-Bretanha, e tendo existido algumas convenções de negociações para abolição do tráfico, é somente em 1831 que se publica a lei de abolição do tráfico – conhecida por ser a “Lei para inglês ver”. Essa lei proibia todos os desembarques de escravos no Brasil; declarava livre todos os africanos importados e estabelecia penas para traficantes e compradores de escravos. Na prática, essa determinação não funcionou e a abolição do tráfico só passa a funcionar em território brasileiro em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós. Nessa ordem o tráfico fica abolido, mas a escravidão se mantém (e o volume do tráfico interno aumenta). Percebe-se com essa trajetória de legislação o que Andrews²⁷ denomina de “emancipação gradual”. Após a promulgação dessas normas, existiram mais três relacionadas à liberdade dos escravos: a Lei do Ventre Livre de 1871, que tornava livre todas as crianças nascidas a partir de 28 de setembro de 1871; a Lei dos Sexagenários de 1885, que tornava livre todos os

²⁵MOURA, 1980 *apud* SILVA, Lucia Helena Oliveira. Associativismo negro: federação paulista dos homens de cor (1910- 1936). 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2015, Curitiba, p. 1.

²⁶TEIXEIRA, Luana. Associações negras na Florianópolis dos anos 1910 e 1920, p. 1.

²⁷Andrews, George Reid. Um raio exterminador – As guerras pela liberdade 1810-1890. In: América Afro Latina, 1800 – 2000, p. 87.

cativos com mais de 60 anos, até que enfim fosse promulgada a Lei Áurea em 1888, abolindo a escravidão.

Imagine permanecer sob a tutela de alguém durante boa parte de sua vida - para não dizer uma vida inteira -, não numa relação qualquer de proteção (em que se torna “livre” com a maioridade), mas uma relação em que você é posse, você é propriedade. Não é considerado um cidadão porque não há direitos sobre você, apenas deveres. Não sabe se passará sua vida ao lado de entes queridos; se terá acesso à educação, ou se poderá frequentar uma escola. Nem mesmo sabe se alcançará a liberdade e será sujeito de si. Não lhe é garantido nada. Em alguma situação até pode-se conseguir bens, ter alguma ascensão social, ter alguns “privilégios”, mas esses casos são exceções.

Durante a escravidão, existiram em Desterro – e não somente – as Irmandades, que possibilitavam “laços de solidariedade e ajuda mútua”²⁸. Através desse espaço, indivíduos escravizados conseguiam adquirir prestígio social e até mesmo, a liberdade. Segundo as palavras de Cláudia Mortari, as Irmandades:

[...] eram organizações que surgiram na Europa durante a Idade Média, em torno da devoção a um santo, agregando, em sua grande maioria, membros leigos. Seu objetivo era realizar atividades assistenciais aos pobres e doentes, sendo geralmente apoiados pelas igrejas e pelos monarcas. No Brasil, a constituição de irmandades e Ordens Terceiras ocorreu com base na organização das Santas Casas de Misericórdia de Portugal, cujos deveres iam desde dar de comer a quem tem fome, de beber a quem tem sede, vestir os nus, visitar doentes e presos, dar abrigo aos viajantes, resgatar os cativos, até enterrar os mortos. Mesmo com esses deveres como princípios norteadores para organização, as irmandades no Brasil acabaram tendo suas características próprias, constituindo-se como associações corporativas que, através da devoção a um santo em particular, possibilitavam o estabelecimento de laços de solidariedade entre seus membros, os chamados irmãos, ao mesmo tempo em que lhes serviam como canal de ascensão social e representatividade. Dessa forma, era comum encontrar as irmandades dos poderosos, cujos membros faziam parte da “elite branca”; as dos “homens de cor”, estas se dividindo tradicionalmente em crioulos, mulatos e africanos, ou ainda, as que agregavam indivíduos da mesma profissão.²⁹

As Irmandades durante a escravidão tiveram papéis próximos aos das associações destinadas a “pessoas de cor” no pós-abolição: recrearam através de festas religiosas e proporcionaram ajuda mútua entre seus irmãos.

²⁸ MORTARI, Cláudia. A Irmandade do Rosário e seus irmãos africanos, crioulos e pardos. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. (Org.) **História Diversa: Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, EdUFSC, 2013. p. 97.

²⁹ Ibidem, p.87.

Segundo Sayão, estudos apontam que houve relações entre as práticas das antigas Irmandades com os clubes pós-emancipação, fundados na primeira metade do século XX³⁰. Rascke também afirma, citando Gomes, que “a experiência de organização em irmandades negras durante o regime escravista influenciou no associativismo negro do pós-abolição”³¹. Era necessário se reinventar, de acordo com o contexto. Não que se tratasse de uma continuidade, até porque as questões são outras, são lugares distintos em contextos igualmente distintos.

Sabemos que na atual Florianópolis existiu e existe um número considerável de africanos e afrodescendentes que criaram clubes e associações, que estavam articulados em prol da cidadania, da inserção e igualdade, fosse através de clubes recreativos, carnavalescos, literários, cívicos, morais ou religiosos, sendo comum inclusive, a permanência em mais de uma associação, como abordo no segundo capítulo deste trabalho.

No início do século XX, a população de Santa Catarina era majoritariamente rural, com economia baseada na produção agrícola de farinha de mandioca³². Com o advento da República, em fins do século XIX, alternativas para o crescimento econômico ganham espaço³³, e em um jogo de alternâncias de governos republicanos, Santa Catarina modernizou-se e higienizou-se. Na concepção republicana, era preciso retirar a aparência colonial e o “atraso” que Florianópolis ainda mantinha³⁴. A partir de 1910, a modernização e a beleza estética (bem como a limpeza social e racial, de maneiras camufladas) da capital catarinense estavam em jogo, principalmente em sua área central, e inúmeras obras foram desenvolvidas em Florianópolis³⁵. Iniciou-se a implantação de serviço público de saneamento; construiu-se um incinerador de lixo (já que até então o lixo era jogado nas ruas da cidade ou ao mar); foi substituído o sistema de iluminação a gás pela iluminação

³⁰SAYÃO, Thiago Juliano. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). Revista Brasileira de História, v. 35, n. 69, p. 131-154, 2015. p. 134-135.

³¹ GOMES, Fabrício Romani, 2013 apud RASCHE, Karla Leandro. Entre a caneta e o pandeiro: letras e enredos de agremiações afrodescendentes em Florianópolis-SC (1920 a 1950). 2018. p.84.

³²LEUCHTENBERGER, Rafaela. “O lábaro protetor da classe operária” As Associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886 – 1932). 2009. 239f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas 2009. p.15.

³³MORAES, Marcos Juvêncio de. Do governo provisório ao fim da Primeira República: 30 anos de intrigas políticas no Governo Catarinense. p.5.

³⁴ARAÚJO, Hermetes Reis de. A Invenção do Litoral. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

³⁵Ibidem, p. 23.

elétrica; instaladas linhas de bonde a tração animal³⁶; demolidas habitações avaliadas como insalubres; construídos edifícios públicos; áreas foram drenadas e aterradas; ruas foram calçadas.³⁷

Na década de 1920, Florianópolis ainda era uma pequena capital, cercada por mar, com uma população de 41.338 habitantes³⁸, seguindo seu processo modernizador. Em meio a todas essas mudanças, não é somente a estrutura física da cidade que se altera, mas também a sua estrutura social. A população, seus hábitos, costumes, profissões e – em alguns casos, endereços – se modificam. Pensar que habitações foram destruídas, áreas aterradas, ruas calçadas, implica pensar que houve pessoas que foram desalojadas, obrigadas a mudarem de endereços, ocuparem outros espaços, como os morros do centro da cidade e do continente, pelo bem da “modernização”. O foco da capital catarinense nesse período era o que se entendia por “progresso” e “civilização”. Que acarretava em segregação social e racial, como fica evidente no discurso de Juvenal, durante a inauguração dos retratos de Boiteux e Hercílio Luz:

Foi tendo em vista o menosprezo que muita gente ignorante faz ao homem de cor nesta terra, muito dos quais se elevaram a custas da ignorância dos mesmos, que nos congregamos, organizando este centro, onde passamos, não só reunidos com nossas famílias, em horas agradáveis, como proporcionamos aos nossos irmãos de raça a instrução, preparando-os para com melhor desembaraço, saberem cumprir os seus deveres e terem amplo conhecimento dos deveres e direitos que lhe assistem como filhos desta pátria grandiosa e como cidadãos do universo.³⁹

É nesse contexto político e histórico em que surge o CCRJB, uma organização de homens negros que utilizam suas articulações políticas para driblar e combater o racismo emergente desse período.

Para formalização dessa organização, como outras do mesmo período, era necessário a elaboração de um estatuto que estivesse regulamentado na lei.

1.1 A legislação e o estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux

³⁶LEUCHTENBERGER, op. cit., p.18.

³⁷ARAÚJO, op. cit., p.16.

³⁸COLLAÇO, Vera Regina Martins. O Teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira. 2004. 335f. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004. p. 31.

³⁹HDBN Republica, Ano XV, Florianópolis 26 de fevereiro de 1920, edição 417, p. 2. A ortografia foi atualizada, exceto em alguns nomes próprios, mantendo-se a pontuação original.

Na edição nº 717 do jornal *Republica*, de Florianópolis, datada de 3 de março de 1921, é exposto ao público o estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux⁴⁰. Segundo o documento, o Centro Cívico foi fundado em 20 de janeiro de 1920, por Trajano Margarida, André Pinheiro, Agrícola Guimarães, Manoel Corrêa, José Gregório da Rosa, João Ubaldo Falcão e Ildefonso Juvenal.

Como consta em seu estatuto, esta era uma associação destinada exclusivamente aos homens de cor e criada com o fim de levantar a herma do poeta Cruz e Sousa em alguma praça pública de Florianópolis, além de proporcionar aos seus associados a instrução cívica e literária, e recrear os mesmos e suas famílias.

Quando da fundação de um Centro Cívico –associação – é necessário que o grupo fundador trace princípios e metas para serem discutidas e aprovadas entre seus membros em assembleia, a fim de se estabelecer um estatuto ou um conjunto de normas mínimas⁴¹. É importante que sejam elencadas as finalidades da associação, como para que grupo irá se destinar; qual o seu propósito; como funcionará sua diretoria, se será eleita, por quanto tempo vigorará; os direitos e deveres de seus associados e o que mais for necessário delimitar. O estatuto é o instrumento que rege sobre os associados. Para tanto, é necessária uma legislação que o regulamente, que trace os parâmetros a serem abordados.

Em 1860, foi promulgado o decreto nº2. 711 de 19 de dezembro, que determinava que toda nova instituição deveria ter seu estatuto aprovado pelo governo antes de dar início às suas atividades, além de seguir outros padrões e práticas, como aponta Leuchtenberger⁴²: havia um padrão/modelo de organização estrutural do texto na constituição dos estatutos de diversas associações na época. Não que o corpo do texto não fosse redigido com os interesses do grupo (associados) em questão, mas havia uma estrutura geral com pontos de abordagem que as associações costumavam elencar, cada qual de acordo com sua finalidade principal. Isso se estendeu por muitos anos, até mesmo após a vigência do decreto. Ainda em 1860, surgiram determinações legislativas - inclusive a Lei nº 1083, de 22 de agosto– que abordava a regulamentação de associações de modo amplo, tratava

⁴⁰José Boiteux foi escolhido para ser patrono do Centro Cívico, o qual acabou levando seu nome. Não sabemos qual a relação pré-estabelecida, de fato, entre o Centro e seu patrono. Sabemos que José Boiteux era um conhecido político republicano de Santa Catarina, secretário do Interior e Justiça e interino da Fazenda.

⁴¹LEUCHTENBERGER, Rafaela. A organização e a atividade das associações voluntárias de socorro mútuo de trabalhadores de Florianópolis-SC (1886-1932). *Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 7, 2012, p.61.

⁴² *Ibidem*, p.61/62.

de Sociedades de Socorro Mútuo, Caixas Econômicas, Monte-Pios, Sociedade sem firma social, Sociedades Beneficentes e outras.

Existiram outras leis e decretos tratando sobre as associações de socorro mútuo. Em 1882, foi aprovada a Lei nº 3.150, de 4 de novembro e o decreto nº 8.821, de 30 de dezembro, que definiam que os estatutos das associações de socorro mútuo não precisavam mais ser submetidos à aprovação do governo. Em 10 de setembro de 1893, o decreto nº 173 possibilitou as associações alcançar personalidade jurídica, desde que seus estatutos - ou extratos destes - fossem publicados no Diário Oficial ou em periódicos de circulação abrangente. Posteriormente, as disposições do decreto foram consolidadas pelo código civil de 1917⁴³. Leuchtenberger aponta que tal medida popularizou os modelos estatutários, justificando a semelhança na estrutura organizativa dos estatutos, que normalmente abordavam suas finalidades, o público a que se destinavam, a composição de suas diretorias, como funcionariam organicamente, direitos e deveres dos associados. Com o estatuto do CCRJB não foi diferente: foi registrado em cartório e publicado em jornal⁴⁴.

Como citado anteriormente, o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux foi fundado em 20 de janeiro de 1920 por homens negros, mas seu estatuto só aparece publicado no jornal *Republica* em 3 de março de 1921⁴⁵, mais de um ano depois. O CCRJB teve desde o início sede localizada na Praça 17 de Novembro, número 12⁴⁶. Tinha como finalidades principais levantar a herma do poeta Cruz e Sousa em alguma praça pública de Florianópolis, e “proporcionar aos seus associados a instrução cívica e literária e recrear os mesmos e suas famílias”⁴⁷, através de:

- a) reuniões cívicas para comemorar as datas nacionais; b) ensino primário aos associados e filhos destes, e a todos aqueles que de tal necessitarem, sem exceção de cor, etc.; c) leitura de bons livros, jornais e revistas; d) representações teatrais; e) reuniões dançantes.

⁴³ Ibid. p.62.

⁴⁴ RASCHE, op. cit., p.98.

⁴⁵ Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. In: *Republica*, ano XVI, Florianópolis, 03 de março de 1921, n.717, p.3.

⁴⁶ “O imóvel alugado para sede do Centro era de propriedade do professor do curso de Farmácia no Instituto Politécnico de Santa Catarina Henrique Brüggmann”. GARCIA, Fábio. Intelectuais negros no pós-abolição: associativismo negro em Florianópolis (1915-1925). Anais XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH. São Paulo, julho/ 2011, p.7. Para endereço da sede, ver: HDBN Diário vespertino O Estado, ano V, Florianópolis 23 de fevereiro de 1920, n.1442, p.1.

⁴⁷ A ortografia foi atualizada, exceto em alguns nomes próprios, mantendo-se a pontuação original.

De fato, o Centro Cívico fez isso durante sua existência, como os jornais retratam já em 1920.

Em notícia de 4 de junho de 1920, do jornal *Republica*, com a manchete “Centro Cívico e Recreativo José Boiteux”, consta que

Um grupo de gentis senhoritas pretende levar a efeito um espetáculo, cujo produto reverterá em benefício do monumento a Cruz e Souza, estando já muito adiantados os respectivos ensaios, que estão sendo feitos sob a direção do apreciado amador sr. Estanislau Siqueira. Será levado a cena uma interessante peça em três atos inédita e de autoria de um modesto escritor conterrâneo⁴⁸.

Logo que o CCRJB foi fundado, seus sócios não tardaram a dar início às atividades em prol da herma de Cruz e Sousa. Na direção da peça estava um dos sócios do Centro Cívico, Estanislau Siqueira. Em outra notícia tratando do mesmo espetáculo, só que dessa vez no jornal *O Estado* do dia 5/06/1920⁴⁹, consta que a peça seria realizada “dentro em pouco”, não especificando a hora e se tratava de ocorrer nesse mesmo dia. Não ficam expostas as relações entre essas “senhoritas” e o Centro Cívico, nem mesmo informações posteriores ao espetáculo, se de fato ocorreu, e se angariou fundos à proposta.

Outros eventos também foram promovidos pelo Centro Cívico, mas que não constavam em seu estatuto, e que merecem atenção: homenagens a políticos, ou pessoas influentes da época, através de inauguração de retratos no salão da instituição. Logo de início a sua fundação, há uma notícia publicada por *O Estado* da inauguração dos retratos do patrono, José Boiteux e de Hercílio Luz. O evento seria realizado no mesmo dia da posse da nova diretoria, 24 de fevereiro, às 19:30, na sede social do Centro Cívico⁵⁰. Em outra notícia similar, há a homenagem ao, então deputado federal, Adolpho Konder. A primeira publicação sobre o evento aparece no jornal *O Estado*, no dia 6 de abril de 1921⁵¹. “O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, realizará hoje as 20 horas, em sua sede social, a solene inauguração do retrato do seu vice-presidente honorário Sr. Dr. Adolpho Konder.” Ao fim, consta o agradecimento do jornal pelo convite. O jornal *Republica* também noticiou a inauguração⁵², destacando os presentes e publicando os discursos. A sessão de

⁴⁸Diário *Republica*, ano XV, Florianópolis 4 de junho de 1920, n. 496, p.2.

⁴⁹*O Estado*, ano VI, Florianópolis 5 de junho de 1920, n. 1527, p. 6.

⁵⁰*O Estado*, ano V, Florianópolis 23 de fevereiro de 1920, n.1442, p.1.

⁵¹*O Estado*, ano VI - Florianópolis 6 de abril de 1921, n.2033, p.5.

⁵²*Republica*, Florianópolis 08 de abril de 1921, n. 747, p.1.

solenidade “foi presidida pelo Sr. Dr José A. Boiteux, secretário do Interior e Justiça e Presidente honorário do Centro.” Estavam presentes outras personalidades além de Adolpho Konder e José Boiteux, como o “tenente Contidio Regis, representando o Governador do Estado Hercílio Luz; major Gustavo Silveira, Secretário da Fazenda; Rvmo. Padre Nicolau Gesing, representando S. Rvma. o Sr. D. Joaquim de Oliveira, Bispo Diocesano.”

Não era incomum a participação de políticos e a presença da banda da Força Pública nos eventos promovidos pelo Centro Cívico.

Em 16 de agosto de 1921, foi noticiada uma missa a ser promovida pelo Centro Cívico aos consócios falecidos⁵³. A notícia fora publicada numa terça-feira e era um convite “aos srs. sócios e exmas. famílias, bem como a todas as pessoas amigas e admiradoras do Centro, para assistirem a missa que o mesmo fará celebrar sábado, 20 do corrente, às 8 horas, na Catedral...”. Não foram encontradas outras publicações semelhantes a essa, portanto não há comprovação de ser uma solenidade comum ao CCRJB.

Além desse episódio incomum, foram realizadas festas, domingueiras, como consta no artigo 16 do estatuto do Centro Cívico: “Aos domingos os salões do Centro estarão à disposição dos associados que quiserem organizar danças ou outros divertimentos”. Em notícia de 26 de abril de 1921⁵⁴ consta que “O Centro Cívico <José Boiteux> realizou anteontem uma animada domingueira.”

Em 12 de novembro de 1921, houve um convite feito pelo Centro Cívico ao jornal *O Estado*, para uma quermesse que seria realizada em sua sede, na praça XVII de Novembro⁵⁵. A notícia foi publicada no sábado, e a quermesse seria no domingo próximo, durante a tarde. O evento era em prol da aquisição de um estandarte para o próprio Centro Cívico. O convite a quaisquer pessoas que não fossem associados era restrito ao consentimento da diretoria, como aborda o artigo 25 do estatuto.

Ainda sobre as atuações a que se propõe o Centro Cívico, em 8 de junho de 1920 é inaugurada a “Escola Noturna para Adultos Cruz e Souza”, conforme publicação do diário *Republica* de 9 de junho de 1920⁵⁶. Proporcionar o ensino aos

⁵³Republica, ano XVI, Florianópolis, 16 agosto de 1921, n.850 p. 3.

⁵⁴O Estado, ano VI, Florianópolis 26 de abril de 1921, n. 2049, p.5.

⁵⁵O Estado, ano VII, Florianópolis 12 de novembro de 1921, n.2216, p.2.

⁵⁶Republica, ano XV, Florianópolis 9 de junho de 1920, n. 500, p. 2.

associados era algo importante, e o CCRJB não tardou em dar início às atividades que possibilitassem tal fato⁵⁷.

Com relação a diretoria, esta era eleita anualmente em Assembleia Geral, e era composta de um presidente, um vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro, 1 orador, 1º procurador, 2º procurador e uma comissão de sindicância composta por seis membros. Cada cargo desempenhava uma função específica, que o estatuto esclarece. Sendo assim, a primeira diretoria foi publicada em 29 de janeiro de 1920, e ficou composta por: Trajano Margarida – Presidente; André Pinheiro – Vice-presidente; Agrícola Guimarães – 1º Secretário; João Ubaldo Falcão – 2º Secretário; Ildefonso Juvenal – Orador; Manoel Garcia – 1º Tesoureiro; José Gregório da Rosa – 2º Tesoureiro; Edmundo Costa – 1º Procurador; Olympio Costa – 2º Procurador⁵⁸. Ainda sobre a eleição das diretorias todos os sócios poderiam votar, exceto os que estivessem em atraso de dois meses da mensalidade, como colocado no artigo 11 do regimento.

Para ser sócio do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux era necessário ser “homem de cor”, ter acima de 18 anos, e um “comportamento exemplar”; além de arcar com uma joia de entrada no valor de 5\$000 (cinco mil réis) e mensalidade de 2\$000 (dois mil réis). A avaliação para alguém compor a agremiação passava por alguns passos essenciais, como: discussão dos estatutos, avaliação da diretoria e, por fim, despacho do presidente.

Segundo o artigo 10 do estatuto, deixava de ser sócio aquele que parasse de pagar mensalidades por três meses consecutivos, salvo quando houvesse justificativa; o sócio que por mau comportamento prejudicasse o Centro Cívico e seus interesses, tendo a diretoria poderes de votar sua exclusão; o sócio que por sentença do foro civil fosse condenado por motivos que afetassem sua honra, era também eliminado por sessão da diretoria.

Nas reuniões do CCRJB só poderiam comparecer membros da família do associado, ou pessoas que tivessem recebido convite especial do 1º secretário ou do 2º (na ausência do 1º). Nas festas íntimas não poderiam comparecer pessoas de duvidosa reputação moral.

Segundo Rascke,

⁵⁷ Abordaremos melhor essa notícia no segundo capítulo.

⁵⁸Diário *Republica*, Florianópolis 29 de janeiro de 1920, n. 395, p. 2.

Também essa agremiação tinha rigidez com a ideia de reputação e moral, assim como outros clubes e uniões do mesmo período, indicando sempre a “boa conduta” como uma forma de distanciamento da “má fama” e das implicações marcadas pela cor, os estigmas da herança escravista⁵⁹.

Fugir dos estigmas, pontuados por Rascke, através da “moral”, era uma preocupação latente no Centro Cívico, pois implicava na sua própria reputação, sendo pautada mais de uma vez no estatuto.

Para grandes reuniões, como cita o artigo 14 do mesmo documento, eram expedidos convites e notificado o traje oficial, essencial à associação. Aos domingos, os salões do Centro Cívico ficavam disponíveis para seus associados que quisessem organizar danças ou outros divertimentos. Havia duas datas de comemoração fixa: o aniversário do CCRJB e a noite de 31 de dezembro, com partidas dançantes e serviço de *Buffet* oferecido pela associação.

As reuniões da diretoria, por sua vez, eram realizadas duas vezes por mês para tratar de assuntos relativos ao Centro Cívico, sendo os dias marcados pelo Presidente. Trimestralmente o presidente deveria convocar uma sessão ordinária para expor aos associados o movimento social e financeiro do CCRJB. As sessões de Assembleia Geral eram convocadas anualmente, durante eleição e posse de diretoria, bem como a prestação de contas da diretoria anterior, sendo estas realizadas respectivamente, no dia 24 de janeiro e 24 de fevereiro. As sessões extraordinárias só ocorriam quando a diretoria achasse necessário ou quando um grupo de associados igual ou superior a dez, requeresse. Todas as convocações, segundo o artigo 20 do estatuto, tanto ordinárias quanto extraordinárias, eram feitas pela imprensa com antecedência de seis ou mais dias. Como exemplo, o jornal *O Estado*, de 25 de março de 1920, publica um comunicado aos associados sobre Assembleia Geral extraordinária do Centro Cívico, marcada para acontecer em “sua sede na Praça 17 de novembro às 20 horas”⁶⁰.

Como identidade visual, o estatuto da associação traz no artigo 24 que seu emblema será uma bandeira listrada de branco e vermelho, com um quadrilátero azul e uma grande estrela branca ao centro, semelhante à bandeira da Libéria, país fundado para receber afro-americanos entre 1821 e 1822. Tal estandarte era fixado num mastro, localizado na parte externa do Centro, indicando que se tratava de um lugar de resistência. Não é incomum que organizações das mais variadas intenções

⁵⁹ RASCKE, 2018, p.104.

⁶⁰ *O Estado*, ano V, Florianópolis. 25 de março de 1920, n. 1469, p. 8.

criem distintivos a fim de promoverem uma identidade visual em diferentes acontecimentos, tanto públicos quanto privados, pois é uma das maneiras de marcarem presença em diferentes espaços, sendo essa prática mantida até hoje por diferentes organizações de nossa sociedade.

Outro aspecto importante ao Centro Cívico eram as comemorações das datas nacionais, como menciona o estatuto. Notícias sobre tais comemorações ficaram restritas às da data da abolição, que aparecem em 1920, 1921 e 1922, apesar de não ser pautada como comemoração fixa no estatuto. A data também foi comemorada – segundo apontam os jornais– anos antes da fundação da associação, em 1914 e 1915. Rascke⁶¹ sugere que era um evento importante em Florianópolis, e que, segundo Bartholomay⁶², se torna mais presente entre os anos de 1915 e 1930.

1.2 As comemorações de 13 de Maio

O 13 de maio era uma data bastante comemorada⁶³ em diferentes locais do país, principalmente nas agremiações de afrodescendentes: era a ocasião em que se procurava homenagear os abolicionistas e afrodescendentes de destaque. Em Florianópolis essa comemoração também era realizada de forma cívica, prestando homenagens aos abolicionistas e a figuras renomadas de afro-catarinenses, que segundo Bartholomay, “poderia (e deveria) servir como um instrumento de valorização da nacionalidade⁶⁴.”

Em 1914, anos antes da fundação do CCRJB, houve uma mobilização de afrodescendentes na cidade para comemoração de 26 anos da abolição da escravidão. Nessa mobilização encontramos os nomes de Ildefonso Juvenal, Trajano Margarida e Astrogildo Campos, na comissão organizadora⁶⁵. Foi organizada uma festa cívica literária no Teatro Álvaro de Carvalho. Em 1915, uma nova comemoração aconteceu aos moldes da primeira. Ambos os eventos foram públicos e contaram com a presença de homens e mulheres, brancos e negros, pessoas públicas, representantes da imprensa e de outras associações da sociedade civil de Florianópolis⁶⁶.

⁶¹ RASCKE, 2018, p.86.

⁶² BARTHOLOMAY FILHO, Fernando. *A memória da abolição em Santa Catarina: imprensa, cultura histórica e comemorações (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2014, p.94.

⁶³ RASCKE, op. cit., p.93.

⁶⁴ BARTHOLOMAY FILHO, op. cit., p.96.

⁶⁵ RASCKE, op. cit., p.88.

⁶⁶ DOMINGUES, 2011, p.119; RASCKE, op. cit., p. 86/88.

Diante desses eventos, Rascke⁶⁷ aponta que Garcia, em “Negras Pretensões” (2007), indica a criação da Associação dos Homens de Cor (de Florianópolis). Domingues⁶⁸, analisando a historiografia sobre os estudos do pós-abolição em Santa Catarina, corrobora com a indicação de que houve tal organização. De igual modo, Bartholomay⁶⁹ aborda os eventos de 1914 e 1915 como elaborados pela Associação dos Homens de Cor. Rascke, perante a citada historiografia e estudo de fontes, afirma que

Infelizmente, a partir dos informes e dados coletados em jornais, bem como de busca detalhada em cartório, não localizamos informações suficientes para afirmar que a Associação tenha sido fundada naquele ano. O que percebemos, a partir das fontes acessadas, é que houve uma organização em movimento desses homens de cor, sendo que estas pessoas, em coletivo, estavam propondo e realizando atividades, ações, encontros literários e cívicos, além de atividades lúdicas e dançantes⁷⁰.

E, diante do exposto, tendemos a concordar com Rascke, que não fica evidenciado esse movimento como sendo uma associação. O que fica perceptível é que havia uma organização, de um grupo de afrodescendentes promovendo atividades em torno da data.

É interessante perceber a articulação desses homens, afro-catarinenses, em comemorar a data. Essas não foram as primeiras comemorações pós-emancipação, nem as únicas ocorridas na capital catarinense, como Bartholomay afirma⁷¹. As comemorações a partir de 1915 detêm importantes mudanças se relacionadas com os períodos anteriores, logo que proclamada a Lei Áurea, por conta das mutações urbanas da Capital. Ainda segundo Bartholomay,

[...] se os primeiros aniversários da Lei Áurea em Desterro/Florianópolis se caracterizaram por grandes espetáculos artísticos seguidos ou precedidos por apresentações musicais que tomavam as ruas de toda a cidade, as comemorações observadas a partir de 1915 transparecem um desejo de imprimir às festividades da abolição um ar de respeitabilidade e civismo, em concordância com a modernização experimentada pela cidade.⁷²

⁶⁷ RASCHE, op. cit., p.93.

⁶⁸ DOMINGUES, loc. Cit.

⁶⁹ BARTHOLOMAY FILHO, op. cit., p. 114/115.

⁷⁰ RASCHE, op. cit., p.91.

⁷¹ Ver: BARTHOLOMAY FILHO, Fernando. *A memória da abolição em Santa Catarina*: imprensa, cultura histórica e comemorações (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2014.

⁷² BARTHOLOMAY FILHO, op. cit., p.113.

Domingues, ao analisar o mesmo ano (1915), adjetiva a comemoração, como “civilizada e cidadã”, confluindo para a mesma análise⁷³. Apesar de terem acontecido 5, 6 anos antes da fundação do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, as celebrações possuíam em comum com o Centro Cívico os membros Trajano Margarida e Ildefonso Juvenal.

Em relação à atuação do Centro Cívico frente as comemorações de 13 de Maio, há a publicação de 15 de maio de 1920, do jornal *Republica*:

O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux iniciou ontem as suas manifestações cívicas com uma sessão solene em comemoração a gloriosa data de 13 de maio, inaugurando em seu salão nobre o retrato do insigne e saudoso poeta Cruz e Souza e distribuição de diplomas aos seus associados⁷⁴.

O jornal trata em síntese como transcorreu a sessão em comemoração à abolição e inauguração do retrato de Cruz e Sousa, e que às 19 horas do referido dia, a sede, situada na Praça 17 de novembro⁷⁵ já estava ocupada com “grande número de pessoas”. Com a chegada do governador em exercício Raulino Horn, Dr. José Boiteux e seu assistente tenente João Marinho, inicia-se a solenidade com o hino do Estado tocado pela banda da Força Pública. Em seguida, André Pinheiro, na ocasião presidente do Centro Cívico, convidou o Governador para presidir a sessão, que a iniciou e passou a palavra ao primeiro-secretário, João Ubaldo Falcão, que, por sua vez, fez a leitura da ata da sessão anterior. Posteriormente, Falcão passou a chamar os associados para recepção dos diplomas, entregues pelo governador. Terminada a distribuição de diplomas, Falcão passou a palavra ao orador oficial da associação, Ildefonso Juvenal, que segundo o jornal, fez “...um brilhante discurso, sobre a data, sendo ao terminar, vivamente aplaudido”. Inaugurou-se, então, o retrato de Cruz e Sousa, que foi descerrado por uma menina, e ao aparecer a imagem todos “ficaram de pé e bateram palmas”. Seguido a inauguração do retrato, Ildefonso Juvenal discursou sobre o poeta. Falaram também, na sequência, João de Bittencourt Machado; Trajano Margarida, vice-presidente do Centro; a menina Maria Izabel Falcão, aluna do Colégio Coração de Jesus e também filha de um dos sócios fundadores - João Ubaldo Falcão - que recitou poesia⁷⁶; e Araújo Figueiredo que

⁷³ DOMINGUES, loc. Cit.

⁷⁴ Diário *Republica*, ano XV, Florianópolis. 15 de maio de 1920, n. 479. p.3.

⁷⁵ Atualmente Praça Getúlio Vargas, mais conhecida como “Praça dos Bombeiros”.

⁷⁶ Notícia que confirma o parentesco: *O Estado*, ano VII, Florianópolis. 26 de julho de 1921, n. 2124, p. 3.

recitou uma poesia de sua autoria, dedicada a Cruz e Sousa, seu amigo. Não havendo mais quem quisesse falar, o Governador encerrou a sessão.

Como dito anteriormente, o jornal foi sucinto sobre o evento, resignando-se a descrevê-lo. Em um segundo momento do discurso de Juvenal, após a inauguração do retrato de Cruz e Sousa, o jornal afirma que publicará o discurso completo (com 1º e 2º momento) de Juvenal na edição seguinte, o que acaba não acontecendo. A publicação veio a ocorrer dias depois: em 23 de maio de 1920, é publicado no jornal *Republica*, o discurso proferido por Ildefonso Juvenal na data de comemoração dos 32 anos da abolição e da inauguração do retrato de Cruz e Sousa. Segundo o diário, a publicação do discurso foi postergada por ausência de espaço nas publicações anteriores (ocupou mais de duas colunas). Juvenal profere um discurso sobre a escravidão brasileira, desde seu início com os portugueses até a redenção, citando as leis anteriores à Lei Áurea e os abolicionistas, além do “ato heróico”⁷⁷ de uma mulher, a Princesa Isabel. Em um trecho, na metade de seu discurso, ele aborda a necessidade da igualdade:

Senhores - A nossa festa de hoje é uma consagração a essa luz bem feita. Há 32 anos que no Brasil não há mais escravos! Como eu me sinto orgulhoso e feliz em vos dizer essa sacrosanta verdade! Todos nós somos iguais perante a Lei. Não há mais inferioridades de cor e de raça porque a cor desapareceu ante o caráter individual. É pelo caráter que se julga os homens; e aquele que deixa de pôr em destaque o caráter de seu semelhante para julgá-lo pela cor de sua pele, tem muito menor valor do que ele, porque é um mal julgador, demonstra cabalmente que não tem a honestidade necessária para julgá-lo moralmente, não tem o preciso caráter, e a falta de caráter é a pior de todas as coisas: é a completa falência moral; é a morte da Virtude. A inteligência aliada a Virtude faz desaparecer a cor da epiderme[...]”⁷⁸

Em seguida a esse trecho, Juvenal continua seu discurso falando que “a raça negra tem destacado para todas as camadas sociais”, e cita nomes de afrodescendentes que se acentuaram: Henrique Dias; Marcílio Dias; José do Patrocínio; Luiz Gama; Irmãos Rebouças e tantos outros, “que morreram legando à Pátria um rico patrimônio moral, deixando uma trajetória de luz onde se vê claramente o brilho invejável de suas inteligências”⁷⁹.

Discursa, então, sobre Cruz e Sousa e a importância de mantê-lo vivo, nos corações, nas mentes e no bronze (um dos objetivos centrais do Centro Cívico),

⁷⁷ Adjetivo utilizado por Juvenal.

⁷⁸ *Republica*, ano XV, Florianópolis, 23 de maio de 1920, n.486, pp.2 e 3.

⁷⁹ *Idem*.

para seguir contemplando-o. Por fim, termina o discurso sobre o 13 de maio agradecendo o apoio para concretização dessa obra do “espírito mais clarividente e progressista de nossa terra”, Dr. José Boiteux.

O discurso de Ildefonso Juvenal tem dois momentos, como já citado, segundo o que foi publicado no jornal *Republica*. No primeiro momento, Juvenal se detém a falar sobre o 13 de maio, a trajetória da escravidão brasileira, a abolição e a necessidade de se vencer o preconceito de cor, visto que diversos afrodescendentes já se destacaram na história brasileira – inclusive o conterrâneo Cruz e Sousa – mostrando as suas capacidades como de quaisquer outras pessoas, sendo branco ou negro. No segundo momento, por sua vez, Juvenal discursa sobre Cruz e Sousa e sua trajetória – depois da inauguração do retrato – citando todas as obras do poeta em seu discurso, trazendo uma justificativa para a mescla de sentimentos percebidos nas obras:

Em todas essas obras, Cruz e Souza deixou os traços mais vivos da nobreza de seus sentimentos, e deixou também retratada toda sua aflição e todas as suas dores. Era que ele surgiu em uma época em que o preconceito de cor obscurecia o seu valor intelectual, e a prova mais convincente deste fato é que, depois que esse preconceito, forçado pela lei que igualou os direitos e deveres dos brasileiros, principiou a desaparecer, Cruz e Souza, começou a ser apontado como gênio e orgulho da literatura pátria. [...] O Centro Cívico, inaugurando o seu retrato, não fez mais do que cumprir um dever, pagar um tributo que a gratidão lhe impôs porque Cruz e Souza é o orgulho dos catarinenses e é o ídolo de seus irmãos de raça; é o seu espírito que nos guia ao róseo caminho da arte e nos incita a contemplação e o culto pelo belo.⁸⁰

Juvenal continua seu discurso com o último parágrafo glorificando todos os “astros”⁸¹ que estão presentes ao redor do “Astro rei da terra catarinense”, Hercílio Luz.

Em seu discurso, fica nítido que o 13 de maio era uma ocasião especial, algo que deveria ser comemorado, e que a inteligência e a virtude eram qualidades mais do que desejadas em alguém. Outro ponto interessante é o fato de Ildefonso colocar o preconceito racial como algo do passado. Acreditamos que se tratava de uma estratégia discursiva, pois ele mesmo em outros textos explicita o preconceito como uma questão presente.⁸² Pode-se inferir através disso, que o Centro Cívico e seus associados acreditavam que a educação, a instrução eram caminhos a serem

⁸⁰ *Ibidem*, p.3.

⁸¹ Mesmo substantivo usado por Juvenal.

⁸² Ver: TEIXEIRA, Luana. Associativismo negro em Florianópolis nos anos 1910 e 1920, *no prelo*.

percorridos para superação do racismo. Daí, talvez a justificativa para terem inaugurado a “Escola Noturna - para adultos - Cruz e Souza”, em junho de 1920, na sede do Centro Cívico. Este é, também, um dos objetivos centrais do Centro Cívico, como elenca seu estatuto, o que não destoa das demais associações em mesma época, já que a educação era constantemente pautada nestes espaços⁸³. Outro aspecto evidente no discurso de Juvenal é o vínculo do Centro Cívico com figuras republicanas, mais especificamente, José Boiteux e Hercílio Luz.⁸⁴

Um ano depois, em 13 de maio de 1921, há a notícia de mais uma comemoração promovida pelo Centro Cívico: “O Simpático Centro Cívico <José Boiteux>, realiza, hoje às 20 horas na sua sede, uma sessão cívica em homenagem a áurea data da abolição”⁸⁵. Dessa vez a notícia é informativa, e podemos depreender dela que era aberta ao público. Cinco dias depois, no mesmo jornal, fica publicado o discurso de Juvenal⁸⁶. Segundo a publicação, havia autoridades públicas como o representante do Governador do Estado, o major Secretário da Fazenda e o patrono do Centro Cívico, além de “pessoas comuns” tratadas por senhoras e senhores. O discurso começa abordando o que foi a escravidão e o quão nefanda foi. Em seu discurso Juvenal afirma que a escravidão existente no Brasil, naquele momento, era a escravidão da ignorância, e que era preciso “superar a ignorância para se superar o preconceito de cor”, pontuando mais uma vez o quão necessária é a instrução. É enfático em dizer que o Brasil deve mais aos negros que aos portugueses, já que os primeiros foram os desbravadores de nossos sertões, que depositaram seus suores amargos neste solo. Juvenal coloca, ainda, que “não fosse a cooperação do movimento africano, não sei dizer-vos se a nossa Pátria estaria nesse elevado grau de desenvolvimento.” E, mais uma vez, similar ao discurso do ano anterior, cita afro-brasileiros destacáveis. É possível perceber, através da análise do evento de 1915, discutido por Bartholomay, e dos eventos aqui citados uma similaridade nos discursos de Ildefonso que,

procuravam conquistar um tipo específico de reconhecimento,
não através de uma denúncia contundente contra o preconceito

⁸³ Ver: RASCKE, 2018, p. 103, 133/134. TEIXEIRA, Luana. Associações negras na Florianópolis dos anos 1910 e 1920. 2018, p.8 *no prelo*.

⁸⁴ Diante disso, percebemos que o discurso que Rascke aborda em sua tese não se trata do mesmo discurso que Juvenal proferiu naquela data, e sim de um discurso de boas-vindas a Hercílio Luz, também escrito por Juvenal que foi publicado na edição seguinte. RASCKE, op. cit., p.94. Ver notícia do discurso de Juvenal de boas-vindas a Hercílio Luz: JUVENAL, Ildefonso para *Republica*, ano XV, Florianópolis. 16 de maio de 1920, n. 480, p.2.

⁸⁵ *Republica*, ano XVI, Florianópolis. 13 de maio de 1921, n.774, p. 2.

⁸⁶ *Republica*, ano XVI, Florianópolis. 18 de maio de 1921, n. 777, p.3.

racial, mas sim da exaltação da capacidade que a "raça negra" tinha de contribuir para o desenvolvimento do país. Sua apropriação do dia 13 de Maio, através de uma sessão cívica marcada pela presença de autoridades do governo e eivada de um espírito de civilidade e cultura, tinha como objetivo o reconhecimento e a inserção da população afrodescendente na sociedade republicana. Buscavam a igualdade, ainda que por meio de um discurso de exaltação nacionalista⁸⁷.

Em maio de 1922, há novamente notícias sobre comemorações da data:

O patriótico Centro Cívico José Boiteux comemorará a data de 13 de Maio, realizando às 20 horas, na sua sede à Praça 17 de Novembro, uma brilhante sessão cívico literária. Estão inscritos para falar sobre o grande acontecimento os srs. J. C. Nogueira, pastor protestante; Amphiloquio Carvalho, João Bittencourt Machado, Nicolau Nagib Nahas, Trajano Margarida, Arthur Gallotti e Gustavo Neves. Uma comissão do Centro convidou os exmos. srs. Coronel Raulino Horn, Governador do Estado, em exercício e Dr. Hercílio Luz para assistirem à solenidade. As bandas de música Amor à Arte e Comercial comparecerão à festa.⁸⁸

A comemoração aconteceu aos moldes das anteriores, como sessão cívico literária, mas com uma aparente mudança: mais pessoas da elite letrada catarinense inscritas para falar. Nesse momento, o CCRJB já havia passado por um rompimento interno e Ildefonso Juvenal não mais fazia parte dele.

Nos anos que se seguiram, há menção à comemoração de 1924, quando o Centro Cívico já havia mudado de nome, passando a se chamar "Centro Cívico Cruz e Souza". A comemoração nesse ano seria realizada como uma solenidade, inaugurando no salão de honra o retrato "do seu grande protetor o saudoso capitalista Carlos Hoepcke."⁸⁹ Tais notícias nos fazem pensar que durante sua existência o Centro Cívico José Boiteux esteve engajado em fazer da data uma grande comemoração, visto que era considerada feriado nacional. Segundo Bartholomay, numa análise mais ampla, essas grandes comemorações são observadas entre os anos 1890 e 1920⁹⁰. Em meados de 1920, o autor aponta que as comemorações continuaram existindo, em ambientes públicos, "através de breves cerimônias cívicas, como o hasteamento da bandeira e execução do hino nacional"⁹¹.

⁸⁷ BARTHOLOMAY FILHO, op. cit., p.115.

⁸⁸ *Republica*, ano XVII, Florianópolis. 13 de maio de 1922, n.1056 p. 1.

⁸⁹ *O Estado*, ano IX, Florianópolis. 6 de maio de 1924, n. 2959, p. 3.

⁹⁰ BARTHOLOMAY FILHO, op. cit., p. 121.

⁹¹ *Ibidem*, p.121.

Como dito anteriormente, as atividades desenvolvidas pelo Centro Cívico eram distintas: envolviam reuniões, bailes, celebrações cívicas, festas literárias, representações teatrais, quermesses, homenagens a figuras públicas, sendo esses espaços de socialização “comuns a outras associações afrodescendentes da época”⁹² e constadas no estatuto. Através de notícias de jornais da época, é possível perceber a atuação do Centro Cívico em torno de seus objetivos e em ações de “prestígio social”, que envolviam recepções a políticos do estado, participação em solenidades públicas, velórios de pessoas, e felicitações por aniversários. Podemos perceber que o CCRJB esteve alinhado em cumprir com seus objetivos e se manter ativo e participativo do cotidiano da cidade, fazendo alianças para permanecerem em seus espaços, diante do processo de modernização em Florianópolis no período.

⁹² TEIXEIRA, 2018, p.7, *no prelo*.

CAPÍTULO 2: Associados do Centro Cívico e suas relações políticas

O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux incorporava entre seus sócios múltiplas trajetórias e profissões, dentro do principal elo entre esses homens: a cor da pele. Era um espaço de identidade, autoafirmação e de política, com inaugurações de quadros de políticos republicanos, o próprio Dr. José Boiteux e de Hercílio Luz⁹³, por exemplo.

A notícia da inauguração dos retratos destes políticos teve início na primeira página do jornal *Republica* e ocupou um espaço considerável, narrando as ordens dos fatos e transcrevendo os discursos. Na ocasião, os homenageados estavam presentes e ouviram o discurso do orador Ildefonso Juvenal, que iniciou o discurso falando sobre a história da escravidão brasileira, dos abolicionistas, escravagistas e sobre o preconceito de cor. Enalteceu as figuras políticas que ali estavam sendo homenageadas, como “astros iluminados”. Em seguida ao discurso de Juvenal e a inauguração dos retratos, os homenageados puderam discursar agradecendo as homenagens. José Boiteux foi o primeiro, no discurso agradeceu ser patrono do Centro Cívico e pontuou que “a instrução é um elemento básico da prosperidade e consequente felicidade de um povo”, e que esperava que uma das primeiras ações da associação fosse a criação de uma escola noturna aos consócios, afirmando que a possibilidade da instrução a todas as camadas sociais era algo que o governador também desejava. Após ressaltar a importância da educação, Boiteux se lembrou de importantes figuras negras na história do Brasil, citando Henrique Dias (um dos combatentes da invasão holandesa no século XVII); o conselheiro, advogado e parlamentar Rebouças, presente no processo de independência; o advogado Luiz Gama, influente no processo de abolição; José do Patrocínio, a voz da abolição e da República nos jornais; os Irmãos Rebouças, engenheiros empenhados na causa abolicionista; Monteiro Lopes, bacharel em direito e membro do parlamento nacional; Cruz e Sousa, poeta conterrâneo que “deixou a vida cedo”.

Em seguida, Hercílio Luz discursou, agradecendo em “palavras de afeto” – segundo o jornal – a homenagem de que estava sendo objeto. Lembrou que foi no mesmo largo em que estava instalada a sede do Centro Cívico, que havia iniciado o curso primário, ao lado de Cruz e Sousa, quem portava de “inteligência formosa”. No

⁹³*Republica*, ano XV, Florianópolis. 26 de fevereiro de 1920, n.417, pp.1 e 2.

seu discurso, Hercílio Luz ainda elevou as “qualidades de afeto, bondade e sinceridade dos homens de cor, e o que distingue os homens não é a cor, e sim suas ações meritórias”. Após seu discurso, deram continuidade ao evento com música da banda da Força Pública, mesa de doces e champanhe. Trajano Margarida agradeceu a presença do Governador e este desejou prosperidade ao Centro Cívico. Em seguida, acompanhado de José Boiteux e Adolpho Konder, retirou-se do evento.

Em diversos momentos é possível perceber através destas fontes, as manifestações políticas da associação, seja no intuito de parabenizar aniversários de políticos, parabenizar por atuações políticas, recepções no porto ou manifestar apoio.

Em notícia de novembro de 1920, na primeira página, foi publicada uma moção de apoio – “congratulações e solidariedade” – do Centro Cívico ao político republicano Hercílio Luz, parabenizando e dando apoio ao então Governador para que continuasse como candidato na próxima eleição, em 1922. A moção foi realizada em Assembleia Geral do Centro aos sete dias do referido mês, sendo assinada por 88 sócios presentes e com o seguinte cabeçalho:

O Centro Cívico e Recreativo <José Boiteux>, composto do principal elemento dos homens de cor de Florianópolis, neste momento em que a maioria do Povo Catarinense vem clara e dignamente demonstrando o seu ardentíssimo e justo desejo que V. Exa. continue à frente dos destinos de nossa terra, no vindouro quadriênio de 1922 – 1926 para eficaz prosseguimento do progresso e engrandecimento da mesma, não podia deixar de exprimir a sua satisfação e Justiza; assim é que, seus associados reunidos em sessão de Assembleia Geral, com indescritível orgulho e satisfação, assinam a presente moção de congratulações e solidariedade hipotecando a V. Exa. todo o seu apoio e felicitando por esse dignificante reconhecimento aos vossos méritos de estadista e à vossa honestidade imaculada.

Sala de sessões do Centro Cívico e Recreativo <José Boiteux>, aos sete dias do mês de novembro de mil novecentos e vinte⁹⁴.

É a partir dos anos 1920 que surge efetivamente uma oposição ao governo de Hercílio Luz. Em síntese, Hercílio Luz era presidente do Partido Republicano Catarinense e Vidal Ramos seu vice. Por interesses distintos, Vidal e Nereu Ramos saem do Partido Republicano, fundando a Reação Republicana em 1921, e, mais tarde, se filiando à Aliança Liberal⁹⁵. Diante dessa ruptura e de oposições a Hercílio

⁹⁴ *Republica*, ano XVI, Florianópolis 24 de novembro de 1920, n. 634 p. 1.

⁹⁵ MORAES, Marcos Juvêncio de. Do Governo provisório ao fim da Primeira República: 30 anos de intrigas políticas no governo catarinense, p.11 (Sem maiores informações de publicação).

Luz, o Centro Cívico demonstra seu apoio à reeleição de Hercílio com essa moção publicada no jornal do Partido. O Centro estava em posição de destaque e importância no cenário político local, lembrando que o voto na época era restrito a homens maiores de 21 anos e alfabetizados.

Portanto, através destas fontes, é possível perceber que havia uma relação entre o Centro Cívico e alguns políticos, o que nos faz refletir, conseqüentemente, sobre a conjuntura da época e o que alguns desses políticos representava (além de nos causar reflexão sobre a atuação política do Centro).

No primeiro capítulo foram citadas as reformas urbanas em Florianópolis no início do século XX, que aconteceram em sua maioria durante o governo de Hercílio Luz, concomitante às reformas sociais. Em suma, a elite e burguesia florianopolitana viram a necessidade de acabar com a ideia de atraso e decadência da cidade, que estava, grosso modo, ligada às camadas sociais que não acompanharam essa “ascendência”, principalmente os que habitavam áreas centrais e litorâneas. Não foi um movimento bem estruturado e definido, “essas práticas se apresentaram de maneira descontínua, fragmentária e se restringiram a alguns setores sociais e determinadas áreas da cidade e da região litorânea de Santa Catarina”⁹⁶. Aliadas às políticas higienistas, ocorrem várias mudanças paisagísticas e sociais em Florianópolis, que também atingem os afrodescendentes mais pobres, como afirma Rascke:

Homens e mulheres pobres, afros em sua maioria, sem seus casebres ou cortiços - transformados em “belos” sobrados em que pessoas “civilizadas” e homens de negócios teriam morada -, foram arremessados às periferias, contornos da região considerada então perímetro central⁹⁷.

É importante destacar o fato de esta ser uma associação com identidade étnico-racial, articulada contra o racismo e a favor da “reintegração do negro”, preocupada com a instrução dos seus, mas que não fazia oposição às classes dominantes. Pelo contrário, exaltava e prestigiava as figuras políticas que compuseram o governo em mesma época. Por outro lado, também nos faz refletir sobre outros aspectos. José Boiteux, patrono do Centro Cívico, era político republicano e na época exercia função de Secretário do Interior e Justiça do Estado.

⁹⁶ ARAÚJO, 1989, p.15.

⁹⁷ RASCKE, Karla Leandro. Associações negras: cacumbis, clubes recreativos, blocos carnavalescos e escolas de samba de Florianópolis na primeira metade do século XX. In: III Seminário Internacional de História do Tempo Presente, p. 4.

Foi amigo de Cruz e Sousa – fato que acabava o aproximando de algumas lideranças do Centro. Participou da Campanha Abolicionista na antiga Desterro. Foi envolvido na criação de instituições educacionais e culturais, fundando o Instituto Politécnico de Santa Catarina, em 1917 e a Sociedade Catarinense de Letras, em 1920 (que depois passou a ser Academia), indo de encontro com uma das finalidades do centro, a instrução literária⁹⁸. Portanto, podemos inferir que essa era uma das possibilidades encontradas por esse grupo afro, de ter visibilidade e destaque, e, de certa maneira, estarem assegurados por estes políticos.

2.1 A pluralidade de profissões e trajetórias dos associados

Como já mencionado, as principais finalidades do Centro Cívico eram: levantar a herma do poeta Cruz e Sousa em alguma praça de Florianópolis e proporcionar instrução cívica e literária aos seus associados, além de recreá-los. Acreditamos que estes eram interesses em comum que aglutinaram diversos associados. O Centro Cívico demonstrava ser heterogêneo em sua composição, tendo membros de diferentes profissões e diferentes nomes compondo suas diretorias. Havia funcionários públicos de diversos cargos, militares, motoristas, operários (pintor, torneiro), marinheiros, professores, empregados do comércio, estivador, tipógrafo...As ocupações da maioria dos sócios eram urbanas e localizadas na região central de Florianópolis⁹⁹. Percebe-se que atuavam em outros espaços associativos. Segundo Teixeira,

Observa-se que muitos circulavam em outras formas associativas da capital catarinense, mas nem sempre nos mesmos espaços. Alguns participavam de associações trabalhistas da capital, como a Liga Operária, outros estavam envolvidos com atividades literárias, como o Centro Catarinense de Letras. Alguns eram ativos em Irmandades, outros em Centros Espíritas.¹⁰⁰

Encontrava-se membros ativos em associações trabalhistas, como a Liga Operária Beneficente, UBRO, Sociedade Beneficente União dos Trabalhadores de Florianópolis e Sindicato Operário da Construção Civil; em associação literária, Centro Catarinense de Letras; em espaços de cunho esportivo, Tamandaré F.C.,

⁹⁸TEIXEIRA, Luana. Os homens do Centro: política, classe e raça na Florianópolis dos anos 1920. p.5 *no prelo*.

⁹⁹Ibidem, pp.13 e 14.

¹⁰⁰ TEIXEIRA, Luana. Associativismo negro em Florianópolis nos anos 1910 e 1920. p. 8 *no prelo*.

Club Náutico Henrique Dias, entre outros. A classe social dos membros também aparentava ser plural, uma vez que se tratavam de trabalhadores diversos.

Não fica claro se essas relações associativas dos sócios influenciavam em ações do Centro Cívico. Tampouco é possível perceber tendências entre as diferentes lideranças que conquistaram a diretoria.

As fontes nos permitem acessar alguns nomes de associados e suas ocupações. Foram priorizadas as buscas pelos nomes que apareceram em algum momento como membros da diretoria.

O primeiro nome que se destacou na pesquisa foi de João Ubaldo Falcão. A primeira notícia sobre ele foi publicada no jornal *Republica* de 15 de janeiro de 1901, quando aparece como um dos procuradores eleitos da Liga Operária Beneficente (o mais votado, com 155 votos)¹⁰¹. A publicação seguinte, datada em 23 de fevereiro de 1901¹⁰², refere-se ao registro civil de casamento de João Ubaldo Falcão com Dona Christina Maria dos Santos. Cerca de um mês depois, em 31 de março de 1901¹⁰³, noticia-se missa marcada para o dia 3/04/1901 à Dona Christina Maria dos Santos Falcão, que havia morrido. As fontes não apontam a idade de João Ubaldo e sua ocupação profissional. Acredita-se que tinha cerca dos 20, 25 anos a partir do ano de seu casamento, em 1901.

Após 1901, Falcão volta a ser notícia apenas em 29 de janeiro de 1920¹⁰⁴, quando aparece como 2º secretário do Centro Cívico. Em notícia de 3 de março de 1921¹⁰⁵, quando é publicado o estatuto do CCRJB, Falcão aparece como um dos membros fundadores da associação. Faleceu em junho de 1921, segundo consta em publicação do jornal *Republica*. Em 28 de junho de 1921, seria rezada a missa de 7º dia na Catedral, às 7:30 no dia seguinte. Consta nessa mesma notícia uma missa a ser rezada na Igreja Nossa Senhora do Rosário, no mesmo dia “...em sufrágio das almas de Izalina Falcão e Maria de Jesus Falcão, falecidas há dias nessa capital”.¹⁰⁶

Meses depois, em 26 de julho de 1921, noticia-se um agradecimento e missa. Através dessa publicação é possível saber que João Ubaldo Falcão, casou-se

¹⁰¹ *Republica*, Florianópolis 15 de janeiro de 190, n.46, p.01.

¹⁰² *Republica*, Florianópolis 23 de fevereiro de 1901, n.80, p.2.

¹⁰³ *Republica*, Florianópolis 31 de março de 1901, n.111, p.2.

¹⁰⁴ *Republica*, Florianópolis 29 de janeiro de 1920, n.395, p.2.

¹⁰⁵ Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. In: *Republica*, ano XVI, Florianópolis 03 de março de 1921, n.717, p.03.

¹⁰⁶ *Republica*, Florianópolis 28 de junho de 1921, n. 834 p. 3.

novamente e teve uma filha, Maria Izabel Falcão. É possível perceber através de trecho da notícia: “Maria Lina Falcão, Maria Izabel Falcão, Manoel e Aristides Falcão (ausentes) profundamente magoados pelo falecimento de seu marido, pai e irmão João Ubaldo Falcão...”¹⁰⁷ A notícia continua citando também a mãe e irmã de Falcão, também falecidas, e agradecendo as pessoas caridosas que durante a enfermidade e morte deles “...muito lhes auxiliaram e favoreceram.” Fica evidente que os três morreram de alguma doença contagiosa. Agradeceram ao Dr. Donato Mello “caridoso e humanitário facultativo, que foi incansável em procurar meios de salvação”; à “Benemérita Sociedade Liga Operária”; ao Centro Cívico José Boiteux; à Junta Republicana e à Congregação das Filhas de Maria. Embora não fique exposto nas notícias, João também fora membro da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, como exposto em artigo escrito por Juvenal em 1950 pelo bicentenário da Irmandade:

Lembramo-nos de Jerônimo Emiliano de Lima, outro saudoso irmão, para quem esta casa de orações era uma continuação do seu honrado lar; lembramo-nos de João Guimarães, conhecido por João Pequenino, um dos mais dedicados à irmandade; do venerado Eduardo Falcão, outrora escravo como o fora o nosso querido e saudoso pai, e de seu filho João Ubaldo Falcão, o “Baldinho”, alma generosa e boa, um dos pretos mais queridos da gente branca de nossa terra.¹⁰⁸

Em relação a diretorias do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux¹⁰⁹, Falcão aparece como membro da diretoria em duas ocasiões, uma vez em 1920 e uma no ano de sua morte, 1921.¹¹⁰ Em 1921, ele aparece como membro reeleito da diretoria, o único. Não se sabe se houve mais membros que se recandidataram ou se ele foi o único a tentar o novo pleito, o que se sabe é que foi reeleito. Fato que chama a atenção, já que a reeleição não era prática comum do Centro, ainda que em seu estatuto não houvesse nenhuma especificação sobre tal, é interessante que diferentes nomes ocuparam diferentes cargos nas diretorias que tivemos acesso. Falcão ocupou dois cargos, como 1º e 2º secretário.

Como citado, em 1901, anos antes de ter fundado o Centro Cívico, Falcão aparece como procurador da Liga Operária Beneficente – um espaço recreativo de

¹⁰⁷ O Estado, ano VII, Florianópolis 26 de julho de 1921, n. 2124, p.3.

¹⁰⁸ Garcia, Fábio. Ildefonso Juvenal da Silva: um memorialista negro no sul do Brasil. Florianópolis: Editora Cruz e Sousa, 2019. p.58.

¹⁰⁹ Ver anexo.

¹¹⁰ Em 1920 há duas diretorias, que se diferiam apenas nos nomes dos procuradores. Ver: Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. In: Republica, ano XVI, Florianópolis 03 de março de 1921, n.717, p.03. e Republica, Florianópolis 29 de janeiro de 1920, n. 395, p. 2.

operários de Florianópolis, que incluía sapateiros, alfaiates, funileiros, estivadores e outros tipos de empregos comuns à cidade na época. A Liga foi fundada em 1891 e foi atuante no movimento operário. Junto à União Beneficente Recreativa Operária e a União dos Trabalhadores, articularam ao longo da década de 1920 “pequenas lutas pelas questões de moradia, custo de vida, jornada de trabalho, férias etc”.¹¹¹ Outro ponto que chama a atenção é a Junta Republicana. É possível que Falcão tenha sido associado da Junta, como outros membros fundadores do Centro Cívico, devido às suas homenagens e atuações para com políticos republicanos, a inauguração dos retratos no salão do Centro, e José Boiteux como patrono. Não há muitas informações sobre a Junta, somente que tinha sede localizada na Rua Conselheiro Mafra, nº 2.¹¹²

Diante do envolvimento de Falcão com tais associações, é possível observar que possuía múltiplos interesses. Atualmente, quando nos filiamos a sindicatos ou clubes, visamos algo em nosso benefício, seja a academia e piscina do clube ou o plano de saúde que o sindicato “oferece”. Em, 1920 isso era ainda mais “necessário”. Necessário no sentido de melhoria de vida, a quem tivesse condições de se filiar, já que as condições dos trabalhadores eram outras, com o custo de vida altíssimo, buscando direitos básicos, e o exercício de suas cidadanias.

A Liga, como mencionamos, foi fundada em 1891 como alternativa cultural e de lazer, e desenvolveu papel importante na vida do trabalhador de Florianópolis, principalmente na década de 1920, através de “lutas” por melhorias nas vidas dos trabalhadores. Falcão poderia estar interessado em alguma melhoria, ascensão que essa associação pudesse vir a lhe proporcionar.

Não fica evidente os interesses de Falcão nestas distintas agremiações, mas fica evidente que ele não estava contemplado sendo sócio de apenas uma, e que tinha condições de arcar com mais de uma mensalidade, sendo que a do Centro Cívico era de 2\$000 (dois mil Réis).

Outros nomes de sócios que se destacaram são: Eduardo Farias e Romualdo Farias. Segundo Rascke e Maria, o sobrenome Farias se destaca por ter sido comum na articulação de outros espaços voltados para negros em Florianópolis, como a União Recreativa 25 de Dezembro e a escola de samba Os Protegidos da

¹¹¹ COLLAÇO, 2004, p.51.

¹¹²Ver <http://aldoluz.com.br/clube-de-regatas-aldo-luz-completa-100-anos-de-fundacao/>Acesso em: 25 de janeiro de 2019.

Princesa.¹¹³ Não houve, através das fontes, a possibilidade de confirmar se tratar da mesma família de sobrenome Farias. Sobre Eduardo, há duas notícias¹¹⁴, ambas sobre a diretoria que ele compôs, com o cargo de 2º secretário em 1922, ano em que houve uma ruptura no Centro Cívico. Eduardo aparece como um dos articuladores da destituição da diretoria que estava em exercício no ano de 1921, bem como outros sócios. Teria o Centro Cívico atingido uma direção que não o contemplava mais? Seria Eduardo da mesma família Farias fundadora do 25 de Dezembro, e almejava um clube mais recreativo? Ou havia um desenlace acerca do posicionamento político do centro? São questões pertinentes para tentar entender os interesses de Eduardo, mas as fontes não as respondem.

Sobre Romualdo, as informações também são restritas. Há apenas duas notícias suas e as duas se tratavam de sua morte. Não é possível conferir, em nenhuma delas, o grau de parentesco de Romualdo e Eduardo, mas acredita-se que eram irmãos, já que em uma das publicações consta que: “Angelino José de Farias e família ainda com o coração magoado pela perda inesperada de seu inesquecível filho e irmão.” Romualdo morreu em decorrência de alguma doença desconhecida, em sua casa, localizada na Rua Conselheiro Mafra, número 132.¹¹⁵ Outra informação obtida nas fontes foi ele ser associado também a Sociedade Beneficente União dos Trabalhadores de Florianópolis, a qual não se tem muitos dados. Ao que tudo indica, era uma associação pluriprofissional de trabalhadores de Florianópolis, fundada antes ou em 1918 (quando notícias com seu nome aparecem)¹¹⁶, com sede localizada à rua Padre Roma¹¹⁷ e atuante junto as outras organizações operárias de Florianópolis em mesmo período, como a Liga Operária Beneficente e a União Beneficente Recreativa Operária.¹¹⁸

Através do nome de seu pai, foi pesquisada a suposta relação do nome da família com a fundação de outros espaços negros em Florianópolis, mas houve poucos resultados. Ao pesquisar por Angelino José de Farias, informações como o

¹¹³ RASCKE, 2018, p.112; MARIA, Maria das Graças. Clubes e associações afrodescendentes na Florianópolis das décadas de 1930 e 1940. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. (Org.) História Diversa: Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, EdUFSC, 2013. p.1.

¹¹⁴ O Estado, ano VII, Florianópolis 27 de março de 1922, n. 2329, p.5; O Estado, ano VII, Florianópolis 27 de janeiro de 1922, n. 2280 p. 5.

¹¹⁵ Sobre endereço ver: O Estado, ano XV, Florianópolis. 15 de fevereiro de 1930, n.4917, p. 3.

¹¹⁶ O Estado, ano IV, Florianópolis. 6 de agosto de 1918, n.976, p.1; O Estado, ano V, Florianópolis. 21 de junho de 1919, n. 01238, p. 2

¹¹⁷ O Estado, ano VII, Florianópolis. 29 de outubro de 1921, n. 02205, p. 2

¹¹⁸ O Estado, ano X, Florianópolis. 3 de junho de 1924, n. 02982, p. 3

fato de ser filiado à Liga Operária e ter assumido cargo de tesoureiro em mais de uma ocasião aparecem. Romualdo e seu pai eram filiados a associações distintas de cunho trabalhista, e Angelino não era associado ao Centro Cívico José Boiteux. Quais seriam as razões? É possível que Angelino fosse filiado somente à Liga por ser esta a associação com mais tempo de atuação com os operários de Florianópolis (1891). Tanto a Liga, quanto a Sociedade Beneficente União dos Trabalhadores de Florianópolis atuavam de maneiras semelhantes no que tangia a vida dos operários. É conhecido também que havia correntes políticas diferentes atuando nestes espaços e que essas poderiam ser razões para que houvesse essa distinção de escolha por associações entre pai e filho¹¹⁹. Sobre Angelino não ser filiado ao Centro, há a possibilidade de haver relação com a faixa etária. Como Teixeira afirma, o Centro Cívico tinha sócios relativamente novos em sua maioria.¹²⁰

Ao que é indicado pelas fontes, Romualdo, assim como Falcão, estava ativo em mais de uma associação e conseguia arcar com isso. Essa não foi uma prática incomum, como será tratado mais à frente.

Outro associado, que não possui divulgadas muitas informações, foi um dos membros fundadores do Centro Cívico, Agrícola Guimarães. Agrícola aparece em duas diretorias, sendo uma em 1920 e outra em 1922. Segundo consta em notícia de 24/10/1919¹²¹, Agrícola era professor estadual na Escola Pública do Saco dos Limões¹²² e estava presente na inauguração dos retratos de Epitácio Pessoa (presidente da República) e Hercílio Luz (governador do estado), na referida escola. Anterior a esta notícia, em 10/05/1919¹²³, Agrícola aparece com outras professoras mandando celebrar missa à alma de Aldo Luz, filho de Hercílio Luz, na capela Menino Deus, convidando os familiares do jovem a comparecerem. Já em 1925, Agrícola surge como membro aceito no Centro Catarinense de Letras.¹²⁴ Diferentemente dos associados citados anteriormente, Agrícola aparece como associado ao Centro Catarinense de Letras além do próprio CCRJB. Segundo Teixeira, Agrícola transitou nos anos 1930 por algumas cidades do interior sendo

¹¹⁹ Ver: COLLAÇO, Vera Regina Martins. O Teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira. 2004. 335f. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

¹²⁰ TEIXEIRA, Luana. Os homens do Centro: política, classe e raça na Florianópolis dos anos 1920 *no prelo*. p.12.

¹²¹ República, ano XV, Florianópolis 24 de outubro de 1919, n.317, p. 1

¹²² Bairro do município de Florianópolis.

¹²³ República, ano XIV, Florianópolis 10 de maio de 1919, n.179, p.3

¹²⁴ O Estado, ano X, Florianópolis 17 de fevereiro de 1925, n.3202, p.1

professor, morrendo em 1945 em Valões¹²⁵ (atualmente Irineópolis): “Guimarães teve uma atuação importante na educação popular e tornou-se uma figura de referência entre comunidades negras no estado.”¹²⁶

Epaminondas Vicente de Carvalho, por sua vez, era carpinteiro/operário¹²⁷, e sócio do CCRJB. A notícia mais antiga presente nas fontes data de agosto de 1918, sobre a intenção de casar com Francellina Auta Vieira. Consta também sua idade, 20 anos e sua profissão, que constava como operário¹²⁸. Era natural do estado. Segundo as notícias, Epaminondas fora atuante no movimento operário de Florianópolis, entre os anos 1920 e 1954, participando inúmeras vezes das diretorias da Liga Operária¹²⁹ e da UBRO¹³⁰, (na maioria das vezes como um dos procuradores ou compondo a comissão de sindicância) chegando à presidência da UBRO em 1941, aos 43 anos¹³¹. Não era ativo somente em associações pluriprofissionais, como citado acima, mas também em espaços de operários da construção civil de Florianópolis em mesmo período. Em 1933, aparece como delegado geral (membro da diretoria) do Sindicato de Operários em Construção Civil de Florianópolis¹³², e em 1952 fez parte do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil em Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça.¹³³

Epaminondas não era apenas atuante no movimento operário, mas também em espaços de cunho unicamente recreativo. Em 1932, aparece como 2º tesoureiro eleito para diretoria do Tamandaré Futebol Clube¹³⁴, clube fundado em 26 de setembro de 1926 nas cores vermelho e branco, no antigo bairro Canudinhos, em Florianópolis¹³⁵; e presidente da primeira diretoria da União Recreativa 25 de

¹²⁵ TEIXEIRA, op. cit., p.19.

¹²⁶ Ibid., p.19.

¹²⁷ COLLAÇO, op. cit., p. 50. Segundo Garcia, op.cit., p.40, Epaminondas formou-se no curso de carpintaria da Escola de Aprendizes de Artífices, por volta de 1916.

¹²⁸ O Estado, ano IV, 20 de agosto de 1918, n. 988, p.4

¹²⁹ O Estado, ano XII, Florianópolis. 17 de fevereiro de 1927, n. 3813 p. 5; O Estado, ano XVII, Florianópolis. 3 de fevereiro de 1932, n.5511, p.6.

¹³⁰ Republica, ano II, Florianópolis. 17 de maio de 1935, n. 348, p. 8; O Estado, ano XXV, Florianópolis. 16 de maio de 1939, n.7664, p.4; O Estado, ano XXXIV, Florianópolis. 23 de maio de 1947, n. 10031, p. 5; O Estado, ano XL, Florianópolis. 7 de abril de 1954, n.11866, p. 8.

¹³¹ COLLAÇO, op.cit., p.301.

¹³² O Estado, ano XVIII, Florianópolis. 5 de janeiro de 1933, n. 05785, p. 3.

¹³³ O Estado, ano XXXIX, Florianópolis. 28 de maio de 1952, n. 11407, p.3.

¹³⁴ O Estado, ano XVIII, Florianópolis. 31 de outubro de 1932, n. 5730, p. 6.

¹³⁵ Antigo bairro localizado na região central de Florianópolis.

<http://cacellain.com.br/blog/?p=70512> Acessado em 20/03/2019.

<https://ndonline.com.br/blogs-e-colunas/carlos-damiao/memoria-de-florianopolis-nosso-bairro-do-mato-grosso/> Acessado em 20/03/2019.

Dezembro, fundada em 25 de dezembro de 1933, por um grupo de amigos moradores do bairro da Agrônômica¹³⁶.

As informações sobre Epaminondas ainda são restritas, não havendo notícias suas após 1954. Com exceção da notícia de seu casamento, aparece como atuante em espaços distintos da capital, principalmente em associações trabalhistas e de identidade étnico-racial, já que aparece como membro do Centro e da União Recreativa 25 de Dezembro (espaço também exclusivo de afrodescendentes, e só era permitida a entrada de brancos para consumo no bar).¹³⁷ Curioso que a atuação de Epaminondas nas diretorias do Centro Cívico foi pontual. Seu nome é mencionado apenas uma vez, na diretoria de 1921, aparecendo como 2º procurador¹³⁸, aos 23 anos. Uma via no bairro Agrônômica leva seu nome: Servidão Epaminondas Vicente de Carvalho. Geralmente, as ruas levam nomes de moradores mais antigos ou com forte atuação no entorno, como forma de homenagem. Diante disso, e da notícia de sua participação na União Recreativa 25 de Dezembro, é provável que Epaminondas fosse residente no bairro Agrônômica, e deve ter falecido próximo ao ano da lei ordinária 749/66¹³⁹, que denomina a via pública com seu nome.

Outro sócio do Centro Cívico era Leonel Martins dos Santos. Seu nome aparece na moção de apoio a Hercílio Luz em 1920¹⁴⁰ e na diretoria de 1921.¹⁴¹ Em 1918, consta como 1º vice-presidente da SBUTF¹⁴². Era empregado na casa Hoepcke Irmão e Cia. e residente na rua Nunes Machado, nº15.¹⁴³ Aparece como atuante na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, ocupando o cargo de secretário em 1919.¹⁴⁴ Em 1922 consta na lista eleitoral com 42 anos, nos indicando que nasceu em 1880, em vigência da Lei do Ventre Livre.¹⁴⁵ Em 1924, Leonel aparece como presidente da Comissão Auxiliar do Grêmio Flor de Maio,¹⁴⁶ que havia sido fundado em julho de 1922, “formado por uma diretoria

¹³⁶ MARIA, Maria das Graças. Clubes e associações afrodescendentes na Florianópolis das décadas de 1930 e 1940. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Josiane Zimmermann (Org.). História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: EdUFSC, 2013. p.263.

¹³⁷ Ibid., p. 263.

¹³⁸ Republica, Florianópolis. 2 de março de 1921, n. 716, p.3.

¹³⁹ Ver <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1966/74/749/lei-ordinaria-n-749-1966-denomina-via-publica-da-capital-de-servidao-epaminondas-vicente-de-carvalho-1966-06-16>.

Acessado em: 28/03/2019

¹⁴⁰ Republica, ano XVI, Florianópolis. 24 de novembro de 1920, n. 634 p. 1

¹⁴¹ Republica, Florianópolis. 2 de março de 1921, n. 716, p.3

¹⁴² O Estado, ano IV, Florianópolis. 6 de agosto de 1918, n.976, p.1

¹⁴³ O Estado, ano VII, Florianópolis. 13 de junho de 1921, n. 2089, p. 5

¹⁴⁴ Republica, ano XV, Florianópolis. 28 de outubro de 1919, n. 320, p.3

¹⁴⁵ Republica, ano XVII, Florianópolis. 4 de janeiro de 1922, n. 955, p.3

¹⁴⁶ O Estado, ano IX, Florianópolis. 30 de abril de 1924, n.2955, p.2

exclusivamente feminina.”¹⁴⁷ Em 1927, rebate uma queixa feita na Folha Nova, deixando em evidência que o Grêmio era composto de senhoritas e rapazes afrodescendentes pertencentes a famílias honestas e era situado em sua residência. Em princípio, a queixa foi realizada em função do barulho das reuniões e por se tratar de homens e mulheres afrodescendentes, como fica perceptível em uma das frases de seu artigo: “...Por acaso uma sociedade composta de *gente de cor preta*, mas honesta estará proibida de proporcionar algumas horas agradáveis, por semana, aos seus associados?...”¹⁴⁸ Leonel esteve presente na fundação e primeira diretoria do Club Náutico Henrique Dias, bem como outros membros do Centro Cívico.¹⁴⁹ Não é possível afirmar que todos os membros da primeira diretoria do Club Náutico eram também sócios do CCRJB, já que a informação sobre os associados parte do documento de apoio a Hercílio Luz de 1920, mas poucos foram os nomes que não estavam presentes nessa moção. Como aparece na notícia, o Club contava com apoio moral do Centro Cívico, ao qual era filiado.

Leonel atuou em diferentes espaços da capital catarinense, bem como ocupou diferentes cargos, indicando, como outros associados, múltiplos interesses. O Grêmio Flor de Maio parecia ter sido fundado em situação semelhante ao Club Náutico Henrique Dias, contando com suporte do Centro Cívico. Como salienta Teixeira, não foi possível constatar relações familiares entre mulheres do Grêmio e homens do CCRJB, mas “é provável que se tratavam de pessoas com estreitos laços sociais.”¹⁵⁰ Leonel fizera parte da mesa administrativa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, ocupando a função de secretário. Neste período já estava com 39 anos de idade. Não há outros registros sobre sua atuação na Irmandade, este fora o único provido pelas fontes. É possível que sua participação nessa agremiação não tenha começado naquele ano, dado sua idade e o cargo que ocupou. Pudera ter começado sua trajetória em agremiações na Irmandade, possivelmente, dado a época que nasceu. Teve atuação em agremiação trabalhista, em 1918, na diretoria. Também compôs diretoria do Club Náutico e prestou “assistência” ao Grêmio.

¹⁴⁷ TEIXEIRA, Luana. Associativismo negro em Florianópolis nos anos 1910 e 1920, *no prelo*.p.9

¹⁴⁸ O Estado, ano XII, Florianópolis. 28 de janeiro de 1927, n. 3796 p.2. Grifo original.

¹⁴⁹ O Estado, ano VII, Florianópolis. 25 de novembro de 1921, n.2226, p.3

¹⁵⁰TEIXEIRA, Luana. Associativismo negro em Florianópolis nos anos 1910 e 1920, *no prelo*. p.10.

Todas essas participações de Leonel indicam que ele foi presente nesses espaços. Tendo em vista que as diretorias, frequentemente, eram compostas e realizadas através de eleições e normalmente eram eleitos os assíduos dentro das associações.

Interessante perceber as atuações dos membros em outros espaços associativos de Florianópolis, sendo elas trabalhistas, recreativas, religiosas, esportivas e literárias. Havia pluralidade entre os sócios de acordo com seus interesses pessoais, suas classes e singularidades. Fica perceptível a atuação dos sócios fundando diferentes espaços que os contemplavam, ou que visavam contemplar diferentes esferas da comunidade afrodescendente (e não somente), proporcionando espaços, integração e articulação, sendo através de um Grêmio, destinado a rapazes e senhoritas; do Club Náutico; Centro Catarinense de Letras;¹⁵¹ Clubes de Futebol; Escolas de Samba; Organizações Recreativas; e Organizações Operárias.

A educação também era vista como um campo importante para ascensão social.¹⁵² Ainda restrita a brancos e pertencentes a elite, principalmente durante o Império, mas que foi ampliada pela primeira República.¹⁵³ Como afirma Rascke,

A Abolição e a República trouxeram à tona debates em torno da cidadania e a quem ela se estendia. Afinal, dos considerados “cidadãos”, poucos tinham acesso a bens materiais, escolas e direitos básicos.¹⁵⁴

Rascke trabalha com dados publicados em 1920, do Jornal CPC, sobre a percentagem de analfabetos em território brasileiro, que chegava a 75%. Segundo essa publicação, para cada 1000 habitantes de Santa Catarina, 743 não sabiam ler português.¹⁵⁵

O Centro Cívico tinha como uma das finalidades principais proporcionar a instrução cívica e literária aos “homens de cor” que nele se associassem. É certo que em 1920 havia um grande estigma sobre ser negro e diante disso há também

¹⁵¹ Trajano Margarida e Ildfonso Juvenal não foram figuras realçadas neste trabalho, mas eram atuantes em outros espaços da cidade. Inclusive foram articuladores da fundação do Centro Catarinense de Letras. Ver: Rascke, 2018, p. 114.

¹⁵² RASCKE, 2018, p.103.

¹⁵³ Ibid., p.133.

¹⁵⁴ Ibid., p.134.

¹⁵⁵ Ibid., p.134. Vale colocar que nesse período, já havia colônias de imigrantes e sabemos que até a Campanha de Nacionalização, instaurada por Vargas, a alfabetização nesses espaços era realizada em língua materna.

uma gama de associações com finalidade de promover a instrução destes cidadãos. Indo de encontro a isso, Domingues reitera que,

No terreno educacional, o protagonismo negro emergiu vivamente no pós-abolição. Para se contrapor ao analfabetismo, à falta de oportunidades educacionais e ao “preconceito de cor” no sistema escolar, um setor dos afro-catarinenses investiu em iniciativas pedagógicas próprias, oferecendo cursos de alfabetização, ou mesmo criando estabelecimentos de ensino voltados para a “população de cor”.¹⁵⁶

Nesse momento havia também outras preocupações aos negros. Era necessário que se distinguissem, que fossem mais que o “esperado” pela sociedade, que soubessem agir, ler, escrever, terem boa educação, falar diante do público e serem articulados. Rascke (2018) pontua a instrução como “forma de superação da precariedade social vivenciada pelas populações de origem africana.”¹⁵⁷ É possível perceber, através do estatuto do Centro Cívico, uma preocupação com a moral, demonstrando que essas atitudes deveriam fazer parte de uma distinção social. Ser pobre e negro é ainda hoje um fardo muito maior que ser pobre e branco, por exemplo. Pensando sobre esse viés, essa poderia ser uma estratégia de se autopromoverem enquanto pessoas de mesma cor, e tentar driblar a discriminação através de virtudes intelectuais.¹⁵⁸ Promover o ensino primário aos seus associados e filhos destes era uma preocupação presente em seu estatuto e diante disso, o Centro Cívico José Boiteux, logo nos primeiros meses após sua fundação, instituiu a Escola Noturna Cruz e Sousa, em sua sede.

2.2 A Escola Noturna Cruz e Sousa

No início do estatuto aqui estudado, no item *b*, fica exposto o seguinte: “ensino primário aos associados e filhos destes, e a todos aqueles que de tal necessitarem, sem exceção de cor etc.”¹⁵⁹ Em 26 de fevereiro de 1920, no evento de inauguração dos retratos do patrono do Centro Cívico e de Hercílio Luz, José Boiteux em seu discurso de agradecimento também coloca a necessidade de criar uma escola noturna.

De vós todos, que sois homens de trabalho, homens de ação,
conscios do árduo dever que vos impõe esta vossa própria

¹⁵⁶ DOMINGUES, 2011, p.128.

¹⁵⁷ RASCHE, op.cit., p.135.

¹⁵⁸ TEIXEIRA, Luana. Associativismo negro em Florianópolis nos anos 1910 e 1920, *no prelo*. p.7. Ver: DOMINGUES, 2011, p. 128-129; Idem, 2014; RASCHE, 2018.

¹⁵⁹ Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. In: Republica, ano XVI, Florianópolis 03 de março de 1921, n.717, p.03.

iniciativa, congregando-vos sob este teto, eu espero que o vosso primeiro passo para a realização do programa que hoje iniciais, seja a criação de uma escola noturna para os vossos consócios e seus filhos que estejam em condições de carecer, lhes seja ministrada a instrução, elemento básico da prosperidade e conseqüente felicidade de um povo.¹⁶⁰

Como já citado anteriormente, José Boiteux foi engajado nas causas educacionais e culturais de Santa Catarina, ativo nas fundações do Instituto Politécnico de Santa Catarina, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Sociedade Catarinense de Letras (depois Academia). As intenções confluíram.

No dia 8 de junho de 1920, pouco menos de seis meses após a fundação do Centro Cívico, é fundada a Escola Noturna Cruz e Sousa.¹⁶¹ Contava no ato da fundação com 25 alunos.¹⁶² Em maio daquele mesmo ano, exatamente um mês antes da fundação da escola, em notícia do jornal O Estado, consta como abertas as matrículas ao curso da Escola Noturna Cruz e Sousa.¹⁶³ Encontramos mais três notícias referentes à Escola. Uma dessas publicações, em 13 de maio do mesmo ano, cita a doação de 200\$000 (duzentos mil-réis) do então Governador do Estado, Cel. Raulino Horn ao Livro Ouro do Centro Cívico para manutenção da Escola.¹⁶⁴ Em notícia do dia 29 de maio, de folha intitulada XXIX de maio, em comemoração ao aniversário de Hercílio Luz, organizada por Ildefonso Juvenal com número único e constando ser em benefício da Escola.¹⁶⁵ Outra publicação datada de 3 de junho do mesmo ano, conta com uma espécie de prestação de contas, publicada pelo tesoureiro da associação na época, Manoel Correa. Consta a quantia já arrecadada, explicitando quem doou e qual valor, com a finalidade do monumento a Cruz e Sousa, e a doação de 200\$000 (duzentos mil-réis) feita pelo sr. Dr. Alfredo Luz no Livro Ouro do Centro Cívico, destinada à manutenção da Escola.¹⁶⁶ A Escola, ao que parece, se manteve ativa até pelo menos, o ano de 1924. Em 8 de setembro de 1924 há a notícia de que seria realizada uma quermesse em benefício da Escola, no entanto, a estavam desmarcando “por motivo de força maior”, sem dia para

¹⁶⁰ Republica, ano XV, Florianópolis 26 de fevereiro de 1920, n.417, p. 2

¹⁶¹ Republica, ano XV, Florianópolis 9 de junho de 1920, n.500, p. 2

O Estado, ano VI, Florianópolis 9 de junho de 1920, n. 1520 no jornal e n. 1530 na hemeroteca, p. 1.

¹⁶² Republica, ano XV, Florianópolis 9 de junho de 1920, n.500, p. 2.

¹⁶³ O Estado, ano V, Florianópolis 8 de maio de 1920, n. 1504, p. 8.

¹⁶⁴ Republica, ano XV, Florianópolis 13 de maio de 1920, n.478, p.2.

¹⁶⁵ XXIX de Maio, Florianópolis 29 de maio de 1920, número único em benefício da Escola Noturna Cruz e Souza.

¹⁶⁶ Republica, ano XV, Florianópolis 3 de junho de 1920, n. 495, p.2.

ocorrer.¹⁶⁷ Esta foi a última notícia encontrada na HDBN relacionada à Escola Noturna Cruz e Sousa. Não é possível saber, através das fontes, se a escola permaneceu ativa depois dessa data; nem por quanto tempo o fez; se mantivera o número de alunos ou conseguiu expandir. O fato de ser uma escola noturna nos dá a entender que mesmo sendo oferecida a quaisquer pessoas, era voltada a adultos, facilitando o acesso a quem trabalhava o dia todo.

Anos depois, em 1927, surgem mais duas notícias também relacionadas à educação, desta vez sobre a criação do Curso Primário Noturno Dr. Hercílio Luz. A publicação de 2 de fevereiro de 1927 noticia:

O Centro Cívico *Cruz e Souza*, tomando em consideração a proposta de vários dos seus associados, resolvem fundar um curso primário noturno, que funcionará em uma das salas de sua sede.

Por ocasião da instalação do curso que terá como patrono o Dr. Hercílio Luz, será inaugurado na sala de aula, um retrato do saudoso estadista, retrato esse, oferecido ao Centro, pela exma. família do grande morto.

É por todos os motivos digna de aplausos a iniciativa do Centro *Cruz e Souza*, a qual além de homenagear a memória do inesquecível catarinense, vem trazer valiosa colaboração a obra da difusão do ensino primário.¹⁶⁸

Em 1927, o Centro Cívico já havia mudado de patrono, passando a se denominar Centro Cívico Cruz e Sousa, iniciativa de um conjunto de associados, e que o Centro Cívico considerou. O curso proposto era de ensino primário e não há detalhes sobre seu público-alvo, mas, presume-se ser voltado a adultos trabalhadores, já que era noturno. As aulas seriam ministradas em uma das salas da sede do Centro Cívico e contaria com um retrato do falecido político republicano, Hercílio Luz. Através de outra notícia, datada como sábado, 19 de fevereiro de 1927, torna-se pública a data de sua inauguração, sendo realizada nesse mesmo dia, às 20 horas no Centro Cívico e Recreativo Cruz e Sousa.¹⁶⁹

Não apenas a criação da escola mobilizou o Centro Cívico, mas também outro dos pontos fundamentais de seu estatuto: a criação da herma do poeta Cruz e Sousa.

2.3 A herma a Cruz e Sousa

¹⁶⁷ O Estado, ano X, Florianópolis 8 de setembro de 1924, n. 3065, p. 3

¹⁶⁸ Republica, ano I, Florianópolis 2 de fevereiro de 1927, n.104, p.2.

¹⁶⁹ O Estado, ano XII, Florianópolis 19 de fevereiro de 1927, n. 3815, p. 1.

O primeiro ponto abordado no estatuto como finalidade do Centro Cívico era o levantamento de uma herma do poeta Cruz e Sousa em alguma praça pública da capital catarinense. Era de fato uma tarefa importante encabeçada por esta associação de “homens de cor”, visando dar a Cruz e Sousa o reconhecimento que não tivera em vida, e que, segundo Altino Flores, teve o fardo de ter nascido “negro e poeta”¹⁷⁰ numa sociedade que não o reconheceria.

João da Cruz e Sousa nasceu livre em 1861 na antiga Desterro. Era filho de Carolina Eva da Conceição, lavadeira e liberta, e de Guilherme de Sousa, escravo mestre pedreiro, alforriado por seu senhor em 1864.¹⁷¹ O sobrenome Sousa era oriundo do senhor de seu pai, Marechal Guilherme Xavier de Sousa. Cruz e Sousa teve acesso aos estudos em 1869, e posteriormente ingressou no Ateneu Provincial, espaço que contemplava a elite de Florianópolis, mas que possibilitava a entrada de pensionistas.¹⁷² Teve sua vida marcada pelo racismo, sendo inclusive, impedido de assumir cargo como promotor de Laguna, ao qual fora nomeado. Foi poeta simbolista e abolicionista e um dos pioneiros da literatura afro-brasileira. Teve uma trajetória curta, mas repleta de lutas contra o racismo através de publicações de jornais, periódicos e poemas.

Logo após a fundação do Centro Cívico começaram os esforços para concretização da herma. Em 2 de março de 1920 é publicado no jornal Republica as seguintes medidas tomadas em reunião da associação:

[...]
Ficou resolvida a ereção do monumento de Cruz e Sousa, no largo 17 de Novembro, em situação simétrica ao monumento de Annita Garibaldi.
Neste sentido, a diretoria do Centro dirigir-se-á a todos os Superintendentes e Associações do Estado, solicitando auxílios para a execução de tão alevantada ideia.¹⁷³
[...]

Em 31 de março de 1920 há outra notícia que publica o texto enviado aos superintendentes e associações citadas na notícia anterior.

[...]
Exmo. Snr.
O nosso elevado sentimento patriótico reclama, exige o cumprimento de um sagrado dever de gratidão. A posteridade não pode, não deve olvidar a memória saudosa daqueles que

¹⁷⁰ O Estado, ano VIII, Florianópolis 9 de abril de 1923, n.2637, p.3; RASCHE, op.cit., p.100.

¹⁷¹ ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. Cruz e Sousa: de Desterro para o panteão da poesia simbolista. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Josiane Zimmermann (Org.). História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: EdUFSC, 2013. p. 225.

¹⁷² Ibidem, p. 225.

¹⁷³ Republica, ano XV, Florianópolis 2de março de 1920, n.421, p. 2

passaram pela terra, deixando um sulco luminoso e brilhante, por onde as gerações vindouras, trilhando, buscassem o mais salutar e digno exemplo.

Cruz e Souza, o incomparável artista negro, de alma pulcra e nobre, aquele sublime sonhador do Belo e do Ideal, que, com sua pena brilhante, marcou uma época invejável na Literatura Pátria, para orgulho da terra catarinense que lhe foi venturoso berço, não pode ser esquecido, a sua memória deve ser para todos nós, catarinenses, lembrada sempre cheia de ufania. Precisamos revivê-lo, imortalizá-lo, contemplá-lo sonhando, como nas horas sublimes de suas <Evocações> e o bronze o reviverá aos nossos olhos.

Precisamos ser os primeiros a gravar no bronze sua efígie; e antes que a outra terra caiba esta glória, cumpramos nós esse dever que a gratidão nos impõe.

Cultuemos os nossos grandes homens perpetuando no bronze o nosso eterno reconhecimento, legando aos pósteros esse grande patrimônio moral!¹⁷⁴

Essa circular foi redigida em 1º de março daquele ano, mas não há registros anteriores nas fontes pesquisadas. É expressa a importância de se realizar tal fato e de “sermos os primeiros”. É a partir daí que as arrecadações em prol da herma começam. Em 3 de junho de 1920¹⁷⁵ (em notícia citada anteriormente) são publicadas, no jornal Republica, as listas com valores arrecadados e os nomes de quem os cedeu (como fica mencionado na notícia de 31/03/1920). Foram encaminhadas 200 listas para arrecadação de fundos e explicita que a tesouraria do Centro Cívico obterá uma caderneta da *Caixa de Depósitos do Banco Sul do Brasil* a fim de depositar as quantias recebidas.¹⁷⁶

Em notícia de 4 de junho de 1920, é publicada a lista que já foi entregue ao Centro Cívico e cita-se um espetáculo que um grupo de gentis senhoritas “pretende levar a efeito” em benefício do monumento, que será dirigido pelo amador sr. Estanislau Siqueira (associado do Centro Cívico), em três atos, inédito e de autoria de escritor conterrâneo.¹⁷⁷

¹⁷⁴ Continua: “Exmo. Snr. A Comissão abaixo assinada, composta da diretoria do Centro Cívico e Recreativo <José Boiteux>, sob os auspícios e presidência honorária de seu digno patrono, tomando a si a elevada resolução de erigir, numa das praças desta Capital, o busto do saudoso poeta Cruz e Souza, vem por meio desta apelar para os vossos sentimento patrióticos, certos de que V. Exa. não se recusará a prestar-nos o vosso valioso auxílio, subscrevendo e angariando donativos para tão altruístico fim. Toda a importância deverá ser dirigida à tesouraria do Centro Cívico <José Boiteux> que fará a sua publicação no jornal <Republica>. Hipotecamos desde já a V. Exa. o nosso reconhecimento. Acompanhando a circular a Comissão nos dirigiu uma lista para adquirir donativos para a ereção da herma ao brilhante escritor conterrâneo.” Republica, ano XV, Florianópolis 31 de março de 1920, n. 445, p.2.

¹⁷⁵ Republica, ano XV, Florianópolis 3 de junho de 1920, n. 495, p.2.

¹⁷⁶ Republica, ano XV, Florianópolis 11 de maio de 1920, n. 476, p.2.

¹⁷⁷ Republica, ano XV, Florianópolis 4 de junho de 1920, n. 496, p.2.

Novamente, em 17 de junho de 1920, outra lista, a cargo do sr. Dr. Juiz de Direito de Lages, “Lista n.47” é publicada e alega ter arrecadado o valor de 74\$000.¹⁷⁸ Após essa publicação, há, ainda, mais duas notícias sobre estas listas. Sobre fundos para herma, chama a atenção a doação de 5:000\$000 (5 contos de réis) pelo Poder Executivo, além do discurso do Deputado e amigo de Cruz e Sousa, Oscar Rosas, em defesa da contribuição desse valor pelo poder Executivo. Em notícia de 10 de agosto o sr. Oswaldo Oliveira, um dos signatários da emenda, questionou o valor da doação, achando muito alto 5 contos de réis.¹⁷⁹ Apresentando a emenda sobre o monumento, Oscar Rosas defende a doação:

[...]

Na poética Desterro, Cruz e Sousa exercia o jornalismo, na <Tribuna Popular>, batendo-se por causas como a abolicionismo e fazia crítica e <charges>.

Talvez mesmo essas críticas tivessem apressado a sua partida para o Rio, quando o chamei.

Ele aqui era um rebelado e um torturado.

[...]

No Rio, aos 26 anos foi muito guerreado. Mas quanta fé no futuro! Seus pequenos olhos cheios de doçura e meiguice, revelavam toda a sua esperança.

[...]

Acham muito 5 contos para o seu monumento...

Mas ele, com seus livros, levantou primeiro na capital da República muito mais elevado um monumento à intelectualidade desta terra, ao seu nome e à sua fama, imortalizando-a e bem maior do que este que defendo.

Do poeta, da sua raça, nada ficou na terra só os seus livros que devemos conhecer como preciosidades.

Morreu em sítio, enxotado do hotel por estar tuberculoso, e, golfando sangue, caiu na estação da estrada de ferro – foi um martyr por ser negro e um exilado por ter mais talento que os seus competidores.

Glorifiquemo-lo, portanto, porque só podemos vingar sua memória no bronze que esmaga os invejosos e na *revanche* da imortalidade.¹⁸⁰

Rosas destaca uma parte do que foi o sofrimento do poeta e o eleva. Ao que tudo indica, foi autorizada a doação. A última notícia de 1920 sobre a herma era referente à maquete da mesma, que estava exposta na relojoaria Meyer, na rua Conselheiro Mafra, sendo o encarregado o escultor brasileiro Antonino Mattos.¹⁸¹

Havia uma comissão promotora da herma. Essa comissão foi formada a partir do rompimento de alguns sócios com o Centro Cívico. A comissão era composta pelos senhores José Boiteux – presidente de honra; Ildefonso Juvenal – presidente;

¹⁷⁸ O Estado, ano VI, Florianópolis 17 de junho de 1920, n. 1537, p.6.

¹⁷⁹ Republica, ano XV, Florianópolis 10 de agosto de 1920, n. 551, p. 5.

¹⁸⁰ Republica, ano XV, Florianópolis 12 de agosto de 1920, n. 553, p.1. Grifo original.

¹⁸¹ Republica, ano XVI, Florianópolis 27 de outubro de 1920, n. 616, p.1.

Othelo Baptista – secretário; Jeronymo Lima – tesoureiro; vogais - Orestes Munhoz, José Gregório da Rosa¹⁸² e Fernando Joaquim de Sousa.¹⁸³

Depois de certo atraso, a herma de Cruz e Sousa foi inaugurada no dia 7 de abril de 1923, por volta das 17 horas, contando com a presença de autoridades locais (comum nos eventos do Centro Cívico), como sr. Coronel Pereira e Oliveira, vice-governador, e sua casa civil e militar, Joe Collaço, Victor Konder, Abelardo Luz. José Boiteux era presidente honorário da comissão; Juvêncio de Araújo Figueiredo, poeta e amigo de Cruz e Sousa, e “representações de quase todos os municípios do Estado, corporações escolares”,¹⁸⁴ além de pessoas comuns que foram prestigiar o evento.¹⁸⁵ Em uma das primeiras notícias relacionadas a herma, fica exposto o lugar que o Centro Cívico desejava colocá-la: a praça XVII de Novembro (Praça Getúlio Vargas ou “Praça dos Bombeiros”), onde era localizada a sede do Centro Cívico. Quando da inauguração, a informação encontrada é a de que a herma acabou sendo fundada na Praça Benjamin Constant. A mudança pode estar relacionada com o rompimento do Centro Cívico no ano anterior e a Comissão Promotora da Herma. Atualmente, uma réplica do busto de Cruz e Sousa se encontra na Praça XV de Novembro, pois o que o Centro custeou foi furtado em 2013, na mesma praça.

2.4 Disputas Internas: de Centro Cívico Recreativo José Boiteux a Centro Cívico e Recreativo Cruz e Sousa

No início de 1922, o Centro passou por divergências internas. Houve manifestações contrárias à diretoria que estava em exercício - de 1921 - através de jornais, e culminou em duas eleições para o mesmo ano social e um processo para julgar qual diretoria era apta a exercer, o que acarretou em destituição de diretoria. Um ano depois, há a mudança de nome do Centro Cívico, por seu patrono não concordar com a diretoria vigente, passando a se chamar “Centro Cívico e Recreativo Cruz e Souza”.

A primeira notícia nas fontes pesquisadas sobre tal divergência foi publicada em 19 de janeiro de 1922, no jornal *Republica*. Nessa publicação alguns sócios do

¹⁸² Republica, ano XVIII, Florianópolis 27 de janeiro de 1923, n. 1260, p. 2.

¹⁸³ GARCIA, Fábio. Ildefonso Juvenal da Silva: um memorialista negro no sul do Brasil. Florianópolis: Editora Cruz e Sousa, 2019. p. 251.

¹⁸⁴ Ibidem, p.250.

¹⁸⁵ Republica, ano XVIII, Florianópolis 8 de abril de 1923, n. 1317 p. 1; O Estado, ano VIII, Florianópolis 9 de abril de 1923, n. 2637, p.3.

Centro Cívico colocam a público que a diretoria vigente não está cumprindo com o estatuto. No artigo 19 do regimento se coloca que a Assembleia Geral deve ser realizada um mês antes da posse (oficialmente 24 de fevereiro). A convocação para as Assembleias, segundo o estatuto, deveria ser realizada por jornais seis dias antes da data. Diante disso, os sócios estão apelando à diretoria que ela faça a convocação para o dia 24 de janeiro.¹⁸⁶ Vale destacar que o documento foi redigido e assinado no dia 17 de janeiro, mas publicado apenas dois dias depois.

Nos anos anteriores, quando realizada a publicação nos jornais, sempre era mencionada a diretoria eleita, os sócios que a compunham e a felicitação do jornal por tal fato. Quando havia duas chapas no pleito, o jornal tendia a publicar as chapas e por quem são compostas, bem como o número de votos que foram recebidos. Em nenhuma notícia, no entanto, constavam tais informações. O que nos leva a pensar que nessas primeiras eleições do Centro Cívico havia chapa única. Outro ponto destacável é não ter havido reeleição de sócios para os mesmos cargos, salvo poucas exceções. Haveria divergências internas desconhecidas, que nesse ano o Centro Cívico acabaria tendo duas chapas no pleito, uma vez que pediram para que fossem cumpridos os prazos? Ficam as dúvidas.

Em publicação do dia 22 de mesmo mês e ano, no jornal *Republica*, sem fazer quaisquer referências a notícia anterior, vem o chamado para Assembleia Geral a ser realizada no dia 29, domingo às 15 horas. Tal decisão foi designada pelo vice-presidente em exercício, e quem assina a publicação é o 1º secretário da associação, no dia 21/01/1922.¹⁸⁷ Dois dias após essa edição, é exposto no mesmo jornal o protesto daqueles que estavam “em franca oposição àquela diretoria”¹⁸⁸ por não respeitar o estatuto. O protesto foi enviado ao Presidente em exercício:

Ilmo. sr. Vice-Presidente em exercício do Centro Cívico e Recreativo <José Boiteux>.

Os infra-assinados, tendo feito a essa Diretoria um apelo de acordo com os estatutos para que a convocação de Assembleia Geral para eleição da diretoria que tem que gerir os destinos sociais de 1922-1923, e como não tivesse sido despachado tal apelo e pretextando-se ser realizada no dia 29 conforme convocação publicada no jornal <Republica>, de 22 do corrente, vem por isso protestar contra tal ato e designação

¹⁸⁶ Republica, ano XVII, Florianópolis 19 de janeiro de 1922, n. 966, p.3. Assinaram o documento os seguintes sócios: Plácido Luz, Eduardo Farias, Lauro Francisco da Costa, Antonio Jacintho, Floriano Taboas, João Crysostomo da Silveira, João Climaco de Barros, Joaquim Manoel Fraga, Edmundo Costa, Antonio Pedro Nelson, João Francisco Neves, Oswaldo Rodrigues de Almeida e Pedro de Alcantara Machado.

¹⁸⁷ Republica, ano XVII, Florianópolis 22 de janeiro de 1922, n.968, p.3.

¹⁸⁸ Republica, ano XVII, Florianópolis 24 de janeiro de 1922, n. 969, p. 3.

do dia 29 por ser contrário aos estatutos, reunindo-se os abaixo-assinados para procederem a referida eleição no dia 24, convidando aos demais associados e esperando o comparecimento dessa digna Diretoria para presidi-la, sob pena de ser a mesma julgada acéfala.

E, deferimento.

Florianópolis, 22 de janeiro de 1922.¹⁸⁹

Assinaram tal protesto 35 associados¹⁹⁰ e fizeram convite aos demais para que comparecessem na assembleia que estão organizando para o dia 24/01, mesmo dia da publicação. Diante do exposto nas notícias, ficam determinadas duas datas para as Assembleias e com isso, são eleitas duas diretorias.

Em 2 de fevereiro de 1920 foi publicada a ata da sessão de Assembleia Geral ocorrida no dia 29/01, que foi chamada pela diretoria vigente. A diretoria justifica a escolha do dia 29, por se tratar de um domingo, contemplando a presença de mais sócios. O dia 24 era dia útil, e a maioria dos associados do Centro Cívico são trabalhadores que se sentiram cansados em comparecer a uma Assembleia durante a noite. É salientado por eles que uma minoria de associados protestou na imprensa.

[...]

que contra essa deliberação da diretoria protestou a minoria dos associados, em requerimento publicado na imprensa, no qual figuram pessoas não associadas, cujo protesto não foi tomado em consideração, porquanto a minoria não pode ditar leis à Diretoria eleita pela maioria dos associados, cuja maioria está de pleno acordo com os seus atos. Declarou ter conhecimento que no dia 24, a referida minoria em franca oposição à Diretoria invadiu a sede do Centro e procedeu a um ato que diz ser eleição da nova Diretoria, cujo ato está nulo por sua própria natureza, não só pelas razões expostas[...]¹⁹¹.

Depois de feita essa exposição, foram chamados os sócios quites (como manda o estatuto) para votação. Segundo a ata, a assembleia tinha quórum para realizar a votação. Em seguida, foram contabilizadas as cédulas e elegeu-se a

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ Ibidem. Assinam o documento: Antonio Joaquim Jacintho, Floriano Taboas, Placido Luz, Lauro Francisco da Costa, Agrícola Guimarães, João Leocadio da Conceição, Eduardo Antonio Farias, Oswaldo R. de Almeida, Antonio Nelson, João Climaco de Barros, Appolinario Silva, Heraclito Miranda, João F. das Neves, Hygino Ludovino da Silva, Durval Pedro da Silva, Placido Vieira de Souza, Catanilio de Souza, Mario F. de Paula, Julio Lourenço, Joaquim Fraga, Alvaro Oliveira, Antonio Sabino, José Marcellino, Lindolpho Souza, Antonio Barbosa da Silva, Oscar Pinheiro, Eugenio Correia, Francisco B. de Souza, Pedro Matias, Herminio Cabral, Waldemar Costa, Edmundo Costa, João C. Silveira, Waldemiro Nascimento, Pedro de Alcantara Machado.

¹⁹¹[...] como por votarem as seguintes pessoas, que não pertencem ao Centro: Waldemar Costa, Francisco Bernardo de Souza, Appolinário Silva, Joaquim Manoel Fraga, João Alferino de Oliveira, Alvaro Hermes de Oliveira e Mario Francisco de Paula e serem votados os também não associados: Agrícola Guimarães e Joaquim Manoel Fraga. Republica, ano XVII, Florianópolis, 2 de fevereiro de 1922, n. 977, p.3.

diretoria.¹⁹²Após a apuração o presidente declarou eleitos os sócios votados, e para cargo de 1º tesoureiro ficou José Gregório da Rosa, por motivo que não fica evidente. Assinam a ata 25 sócios presentes, mas os sócios mais votados têm somente 23 votos. Haveria dois sócios em situação de débito de mensalidade? Na assinatura percebemos que não constam os nomes de Othelo Baptista e Olavo Belmiro, fato curioso, podendo ter saído antes de encerrada a sessão. Instigante também é o fato de que na ata da sessão eles chamam de minoria os associados que se manifestam, quando na verdade são maioria (35 associados), se comparados aos que assinam a ata (25 associados).¹⁹³ Assinam a ata, além dos associados, um delegado de polícia, e um Oficial do Gabinete do chefe de polícia.

Não foi encontrado em artigos do estatuto algo que indicasse a necessidade de assinar a ata pessoas em exercício de cargo público, como a assinatura do delegado de polícia. Isso foi realizado – provavelmente – na tentativa de assegurá-los, diante de disputas. Não fica evidente os motivos que geraram dois pleitos. Estes sócios teriam se aproveitado da possibilidade de atraso de novas eleições para aplicar um golpe, baseados/assegurados pelo estatuto? Ou seria o contrário? Os outros sócios tinham algum interesse em postergar a eleição? Vale ressaltar que no estatuto publicado em jornal, esta associação havia sido fundada por Trajano Margarida, Ildefonso Juvenal, Agrícola Guimarães, João Ubaldo Falcão, André Pinheiro, Manoel Correa e José Gregório da Rosa, e em ambos os lados havia sócios fundadores: na eleição de 24/01 estava Agrícola Guimarães, André Pinheiro e Trajano Margarida¹⁹⁴ e na eleição de 29/01 estavam Ildefonso Juvenal e José Gregório da Rosa. Também se encontravam sócios ativos do centro, como Jeronymo Lima e Leonel Martins ao lado de Ildefonso; e Lauro Francisco da Costa e Floriano

¹⁹²[...] Para Presidente, Ildefonso Juvenal, 23 votos; para Vice, Agostinho José Germano, 23 votos; para 1º secretário, Fernando Joaquim de Souza, 23 votos; para 2º secretário, Leonel Martins, 23 votos; para 1º tesoureiro Jeronimo Lima, 22 votos; José Gregório da Rosa, 1 voto; para 2º tesoureiro, Thimotheo Alves, 23 votos; para orador, Othelo Baptista, 23 votos; para 1º procurador, Arthur Jacintho da Rosa, 23 votos; para 2º procurador, Olavo Belmiro, 23 votos; para presidente da comissão de sindicância, Elyseu Paulo, 23 votos, José Gregório da Rosa, Salustiano Nolasco, Francisco Antonio dos Santos e Diogo Luiz Pereira, vinte e três votos cada um. Republica, ano XVII, Florianópolis, 2 de fevereiro de 1922, n. 977, p.3.

¹⁹³ Os associados que assinaram foram: Fernando Joaquim de Souza, Ildefonso Juvenal, Agostinho José Germano, Jeronymo Emiliano de Lima, Elyseu Francisco de Paula, Diogo Luiz Pereira, Reginaldo Nascimento, Manoel José Pereira, Calixto Theodoro Lima, Benjamin José Pereira, Leonel Martins dos Santos, Semeão Antonio Nunes, Dalvino Alexandre da Silva, Evaristo Pinheiro da Silva, Hortencio Deolindo da Conceição, Juvenal de Oliveira, Nestor Hygino Rosa, Manoel do Espírito Santo, Felipe Fortunato de Oliveira, Antonio Sabino de Souza, Thimotheo José Alves, Eleodoro Caetano da Silva, José Gregório da Rosa, Arthur Jacintho da Rosa, José Benedixto Silveiro. Ibidem, notícia.

¹⁹⁴ O Estado, ano VII, Florianópolis. 25 de janeiro de 1922, n. 2278, p. 5.

Taboas ao lado de Agrícola, Trajano e André. As disputas foram ocasionadas por questões ideológicas/políticas? Ou esta associação de homens pretos estava tomando rumos diferentes de seus princípios norteadores?

As disputas sobre o direito à posse da diretoria tiveram fim com a sentença do Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca da capital em 14 de março de 1920, conforme publicação de 17 de março. Nela fica exposto que a chapa eleita em 24/01/1920 é a detentora legal da diretoria.¹⁹⁵ Em 27 de março de 1920 há outra notícia, dessa vez com parte da sentença determinada pelo Juiz em 14 de março.¹⁹⁶ Entende-se através da sentença que a chapa eleita em 24/01 entrou com processo para poder exercer. São expostas as versões de cada lado e o Juiz coloca que o Estatuto tinha vigência de 4 anos desde que fora publicado e não poderia ser alterado antes de completar este prazo.

[...]

Considerando que conforme consta nos autos as fls.8. possui ela o Estatuto por que se rege, o qual como é de lei, fixa a responsabilidade de seus membros;

Considerando que uma vez revestidas das formalidades legais, aprovados e em execução esses Estatutos aos membros das respectivas associações não podem deixar de observar expresso e rigorosamente seus dispositivos;

Considerando que proceder de forma contrária e deixar de prestar culto, homenagem ao direito e a justiça, elementos garantidores da ordem, da tranquilidade e do progresso é menosprezar o respeito necessário que deve existir entre os próprios associados, sem o que ficará sempre desamparado o interesse de cada um;

[...]

Considerando que tendo sido transferido pelos RR. o dia da eleição esta foi procedida na data designada, 29 (Doc. fls, 25);

Considerando que se a diretoria se arroga no direito de por sua alta recreação tomar deliberações contrárias ao estabelecido em seus Estatutos, então qual a autoridade destes?![...]¹⁹⁷

Fica aparente que o Juiz se baseia para dar a sentença em grande parte pelo estatuto do Centro Cívico, que seria o seu regimento, aprovado pelos sócios e lavrado em cartório, o qual deveria ser seguido. O Juiz deu ganho de causa à eleição que ocorreu por convocação dos associados, no dia 24/01. Outro ponto que ele determina, é que o sócio que se insurgisse contra a tal diretoria, deveria pagar a cada um dos membros a quantia de 200\$000.

Em 1923, há a mudança do nome da associação, que passa a ser Centro Cívico e Recreativo Cruz e Sousa. Em 24 de janeiro de 1923 é publicada a

¹⁹⁵O Estado, ano VII, Florianópolis. 17 de março de 1922, n. 2321, p.5.

¹⁹⁶ O Estado, ano VII, Florianópolis. 27 de março de 1922, n. 2329, p.5.

¹⁹⁷O Estado, ano VII, Florianópolis 27 de março de 1922, n. 2329, p.5

convocação dos sócios para Assembleia Geral, que determinará a nova diretoria.¹⁹⁸ Em mesmo dia e logo abaixo dessa chamada, há a manifestação de José Boiteux, contrário a essa diretoria, pedindo para que retirassem o nome dele como patrono, e justificando que cedeu seu nome como patrono por “pessoas que muito prezo e não mais fazem parte desse ilícito agrupamento”, deixando evidente sua oposição ao Centro Cívico.¹⁹⁹ Ildelfonso Juvenal, Jeronymo Lima, Agostinho José Germano e outros se desligaram da associação depois da eleição de 1922. Em 8 de fevereiro de 1923, é publicado no jornal a mudança do nome, “conforme deliberação de seu ex-patrono Dr. José Boiteux”.²⁰⁰

Não fica nítido se depois dessas divergências todos os associados que estavam envolvidos se desligaram do Centro Cívico, acreditamos que não. Não há registrado nos jornais a composição da diretoria de 1923, somente a de 1924.²⁰¹ Nessa eleição estavam presentes Trajano, André e Manoel, ocupando cargos na diretoria, e Olavo Belmiro, associado que estava na disputa das eleições de 1922 na diretoria “perdedora”, o que não deixa de ser curioso.

Assim como Olavo Belmiro, outros associados que participaram daquela eleição podem ter permanecido no Centro Cívico e muitos podem ter se absterido desse processo interno. Vale ressaltar que havia uma boa parcela de sócios ativos²⁰² em ambos os lados. É mais uma vez posto em evidência a heterogeneidade da associação, a multiplicidade de ideias e personalidades que o compunham.

O Centro Cívico e Recreativo Cruz e Sousa permaneceu ativo até, ao menos, meados de 1927. Em maio de 1927, encontramos a última notícia referente ao Centro Cívico, que tratava da inauguração do retrato de Carlos Hoepcke em seu salão.²⁰³

¹⁹⁸ Republica, ano XVIII, Florianópolis 24 de janeiro de 1923, n. 1258, p. 2

¹⁹⁹ Rascke também aborda essa notícia na página 112 de sua tese, dando enfoque a parte em que José Boiteux adjetiva o juiz - que deu posse a diretoria que ele julga “não reconhecer” - como leigo. Rascke trabalha com a possibilidade de Boiteux estar chamando de juiz o presidente do centro, “remetendo a antigos cargos de prestígio em irmandades afros.” Mas, de acordo com os fatos, percebemos que a referência era mesmo ao juiz da “1ª vara da comarca desta capital”.

²⁰⁰ O Estado, ano VIII, Florianópolis 8 de fevereiro de 1923, n. 2590, p.3

²⁰¹ A diretoria de 1924 estava sendo composta pelo Presidente, Trajano Margarida; vice, João Manoel da Silva; 1º secretário, José Alves Ferreira; 2º secretário, Antonio Joaquim Jacintho; 1º tesoureiro, Antonio Barbosa; 2º tesoureiro, Hygino L. da Silva; Orador, João Guedes da Fonseca; Procuradores, Olavo Belmiro e Oswaldo Rodrigues; Sindicância - presidente, André Pinheiro; membros, Plácido Luz, Lauro Costa, Manoel Correia e Antonio Nelson. HDBN O Estado, ano IX, Florianópolis 5 de fevereiro de 1924, n. 2882, p.2

²⁰² Refiro-me a ativos os sócios que com frequência apareciam nas notícias dos jornais, fosse para dar boas-vindas a algum político em nome do centro, ou compondo a diretoria etc.

²⁰³ Republica, ano I, Florianópolis. 3 de maio de 1927, n.177, p.3.

Durante sua trajetória a associação deixa em evidência que era plural e contemplava sujeitos distintos, se organizando e atuando de acordo com seus interesses. Adquiriu visibilidade e teve um considerável número de sócios, deixando claro que seus intuitos possuíam uma demanda. Não era um espaço formado só por intelectuais, era heterogêneo e nem todos os membros visavam a intelectualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou trazer contribuições para a história do pós-abolição em Santa Catarina, buscando compreender o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux/Cruz e Sousa em sua trajetória, enquanto um espaço exclusivo de homens negros, num contexto onde os afrodescendentes estavam à margem da sociedade, sendo vítimas de um governo excludente. Perceber e reconhecer algumas de suas estratégias para vencer o racismo velado e escancarado e suas lutas por cidadania foram parte desse processo.

Apesar de no período estudado o combate ao racismo e os debates em torno dos direitos e da cidadania não fossem diretamente abordados como tais, pautados de forma nítida em seu estatuto, eram pontos latentes trabalhados pela associação.

O Centro Cívico englobava afrodescendentes articulados e mobilizados em prol de exercerem suas cidadanias, e que viram - como estratégia de vencer o esmagamento ocasionado pelas políticas de branqueamento e higiene -no estreitamento de laços com políticos republicanos, uma possibilidade. O intuito em trazer as profissões de alguns desses homens era de mostrar a sua multiplicidade. As fontes não apresentaram nenhum associado que fosse da classe patronal: eram pessoas comuns, que desempenhavam diferentes funções, indicando que não pertenciam a uma classe social única.

Deste modo, não podemos entender esse movimento de relação com figuras políticas como se todos os associados pertencessem a uma única classe social (uma das possíveis razões que levaram ao rompimento de alguns sócios), nem tampouco, como um ato de “branqueamento”: era uma estratégia para permanecerem nos seus locais e possibilitarem a instrução aos seus e “todos aqueles que necessitassem”, porque “dos considerados cidadãos, poucos tinham acesso a bens materiais, escolas e direitos básicos.”²⁰⁴Ao se organizarem enquanto um Centro Cívico com identidade descrita no estatuto, mostraram que estavam presentes, articulados e atentos à vida da cidade.

Estabelecer um vínculo com José Boiteux, por todo seu histórico de atuação na educação de Santa Catarina, deve ser considerado também como movimento estratégico. Nas palavras de Gomes e Abreu,

²⁰⁴ RASCKE, op.cit., p.134.

Diversas pesquisas recentes têm aberto caminho para se pensar o quanto associações recreativas, esportivas, carnavalescas e dançantes da população negra e pobre das cidades, especialmente na capital, conseguiram legitimar-se na Primeira República, ao buscarem (e conseguirem) autorizações e direitos na relação com as instituições republicanas, autoridades municipais e policiais.²⁰⁵

Foi um movimento desenvolvido por diversos setores e em variados lugares, não sendo uma prática comum a apenas um tipo de associação e nem restrita a apenas um local.

Não são raras as agremiações que após e mesmo antes da abolição, promoveram meios de educação, criando bibliotecas, aulas noturnas, escolas.²⁰⁶ O que se justifica já que, em 1920 ainda havia muitas pessoas analfabetas no Brasil todo e boa parte dos que eram alfabetizados compunham a elite.²⁰⁷ A Primeira República foi repleta de políticas de branqueamento da população²⁰⁸ e podemos afirmar que esmagar pela pobreza e ausência de amparo eram estratégias visíveis que faziam parte desse plano. Ter um bom comportamento moral fazia parte de distinção, bem como saber ler e escrever, pois juntos, possibilitavam se destacar mais, além de uma boa reputação que poderia “abrir portas”.

Em Florianópolis, não diferente de outras capitais no país, também teve diferenciadas associações que aglutinaram afrodescendentes de variados grupos e interesses, fossem como o Centro Cívico, ou sociedades esportivas, carnavalescas, grêmios literários e outros. Vale destacar que eram grupos envoltos pela identidade étnico-racial, mas que isso não era “autossuficiente”: havia um pluralismo e uma gama de objetivos que ia além disso. Como Domingues afirma:

Em comum, esses distintos agrupamentos construíram projetos por meio dos quais as pessoas se sentiam parte de um mesmo grupo e se identificavam mutuamente, forjaram solidariedades fluidas e contingenciais, (re) inventaram tradições que alimentavam suas práticas sociais, estabeleceram diálogos entre si e com as agências do Estado e da sociedade civil, enfrentaram contradições em diferentes circunstâncias históricas, sem contudo deixarem de proclamar os interesses

²⁰⁵ GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, v.13, n.26, 2009. p.11.

²⁰⁶ Ver: DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 67, 2014. p.251-281.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 12, n. 23, 2011, p.118-139.

RASCHE, Karla Leandro. Entre a caneta e o pandeiro: letras e enredos de agremiações afrodescendentes em Florianópolis-SC (1920 a 1950). Tese (Doutorado em História), PUC-SP, 2018.

²⁰⁷ RASCHE, op.cit., p.133.

²⁰⁸ GOMES; ABREU, op.cit., p.13.

sociopolíticos e direitos civis dos “homens de cor” na esfera pública.²⁰⁹

Estes grupos eram diversificados, mas estabeleceram relações e estratégias semelhantes.

Mesmo passados 30 anos da proclamação da República, ainda era visível as necessidades dos afrodescendentes de afirmação e luta. Foram inúmeras e plurais as organizações que adentraram esse período. Não foram perceptíveis somente em grandes capitais, como São Paulo ou Rio de Janeiro. Em Florianópolis não foram uma, nem duas, e ainda que fossem, precisam ser pesquisadas. Voltamos a afirmar que estavam aqui, foram diversas e “pipocaram” em diferentes esferas.

Os afro-catarinenses tinham interesses, desejavam visibilidade e estavam engajados. Diferentes foram as maneiras que organizaram enquanto conjunto de pessoas em busca de cidadania, igualdade e inserção.

²⁰⁹ DOMINGUES, 2014, p.271.

LISTA DE FONTES

Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. In: Republica, ano XVI, Florianópolis 03 de março de 1921, n.717, p.03.

Folhetim “XXIX de Maio”, Florianópolis. Edição única em benefício da Escola Noturna Cruz e Souza. 29 de maio de 1920, por Ildefonso Juvenal.

Diário vespertino “O Estado”, Florianópolis. Ano IV. Edições nº 976 (06/08/1918, p. 1), nº 988 (20/08/1918, p. 4).

O Estado. Ano V. Edições nº 1238 (21/06/1919, p. 2), nº 1442 (23/02/1920, p.1), nº 1469 (25/03/1920, p. 8), nº 1504 (08/05/1920, p. 8).

_____. Ano VI. Edições nº 1520 (09/06/1920, p. 1, na Hemeroteca consta como edição 1530), nº 1527 (05/06/1920, p. 6), nº 1537 (17/06/1920, p. 6), nº 2033 (06/04/1921, p. 5), nº 2049 (26/04/1921, p. 5).

_____. Ano VII. Edições nº 2089 (13/06/1921, p. 5), nº 2124 (26/07/1921, p. 3), nº 2205 (29/10/1921, p. 2), nº 2216 (12/11/1921, p. 2), nº 2226 (25/11/1921, p. 3), nº 2278 (25/01/1922, p. 5), nº 2280 (27/01/1922, p. 5), nº 2321 (17/03/1922, p. 5), nº 2329 (27/03/1922, p. 5).

_____. Ano VIII. Edições nº 2590 (08/02/1923, p. 3), nº 2637 (09/04/1923, p. 3).

_____. Ano IX. Edições nº 2882 (05/02/1924, p. 2), nº 2955 (30/04/1924, p. 2), nº 2959 (06/05/1924, p. 3).

_____. Ano X. Edições nº 2982 (03/06/1924, p. 3), nº 3065 (08/09/1924, p. 3), nº 3202 (17/02/1925, p. 1).

_____. Ano XII. Edições nº 3796 (28/01/1927, p. 2), nº 3813 (17/02/1927, p. 5), nº 3815 (19/02/1927, p. 1).

_____. Ano XV. Edição nº 4917 (15/02/1930, p. 3).

_____. Ano XVII. Edição nº 5511 (03/02/1932, p. 6).

_____. Ano XVIII. Edições nº 5730 (31/10/1932, p. 6), nº 5785 (05/01/1933, p. 3).

_____. Ano XXV. Edição nº 7664 (16/05/1939, p. 4).

_____. Ano XXXIV. Edição nº 10031 (23/05/1947, p. 5).

_____. Ano XXXIX. Edição nº 11407 (28/05/1952, p. 3).

_____. Ano XL. Edição nº 11866 (07/04/1954, p. 8).

Republica. Florianópolis. Edição nº 46 (15/01/1901, p. 1).

_____. Edição nº 80 (23/02/1901, p. 2).

_____. Edição nº 111 (31/03/1901, p. 2).

_____. Ano XIV. Edição nº 179 (10/05/1919, p. 3).

_____. Ano XV. Edições nº 317 (24/10/1919, p. 1), nº 320 (28/10/1919, p. 3), nº 395 (29/01/1920, p. 2), nº 417 (26/02/1920, pp. 1 e 2), nº 421 (02/03/1920, p.2), nº 445 (31/03/1920, p.2), nº 476 (11/05/1920, p. 2), nº 478 (13/05/1920, p. 2), nº 479 (15/05/1920, p. 3), nº 480 (16/05/1920, p.2) por Ildefonso Juvenal, nº 486 (23/05/1920, pp. 2 e 3), nº 495 (03/06/1920, p. 2), nº 496 (04/06/1920, p. 2), nº 500 (09/06/1920, p. 2), nº 551 (10/08/1920, p. 5), nº 553 (12/08/1920, p. 1).

_____. Ano XVI. Edições nº 616 (27/10/1920, p. 1), nº 634 (24/11/1920, p. 1), nº 716 (02/03/1921, p. 3), nº 747 (08/04/1921, p. 1), nº 774 (13/05/1921, p. 2), nº 777 (18/05/1921, p. 3), nº 834 (28/06/1921, p. 3), nº 850 (16/08/1921, p. 3).

_____. Ano XVII. Edições nº 955 (04/01/1922, p. 3), nº 966 (19/01/1922, p. 3), nº 968 (22/01/1922, p. 3), nº 969 (24/01/1922, p. 3), nº 977 (02/02/1922, p. 3), nº 1056 (13/05/1922, p. 1).

_____. Ano XVIII. Edições nº 1258 (24/01/1923, p. 2), nº 1260 (27/01/1923, p. 2), nº 1317 (08/04/1923, p. 1).

_____. Ano I. Edições nº 104 (02/02/1927, p. 2), nº 177 (03/05/1927, p. 3).

_____. Ano II. Edição nº 348 (17/05/1935, p. 8).

REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Reid. *Um raio exterminador – As guerras pela liberdade 1810-1890*. In: _____. *América Afro Latina, 1800 – 2000*. EdUFSCar, 2007.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral*. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

BARTHOLOMAY FILHO, Fernando. *A memória da abolição em Santa Catarina: imprensa, cultura histórica e comemorações (1889-1930)*. Dissertação de Mestrado em História, UFSC, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Otavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCKE, Karla Leandro. *Cidadania e expectativas no bairro da Figueira: o surgimento do Figueirense Foot-Ball Club (Florianópolis/SC, 1921-1951)*. *Voices, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI*, v. 5, n. 1, 2016, p. 99-121.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

“Clube de Regatas Aldo Luz completa 100 anos de fundação”. Disponível em: <http://aldoluz.com.br/clube-de-regatas-aldo-luz-completa-100-anos-de-fundacao/> Acesso em: 25 de janeiro de 2019.

COLLAÇO, Vera Regina Martins. *O Teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira*. 2004. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. *Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)*. *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 67, 2014.

_____. *“Um desejo infinito de vencer”*: o protagonismo negro no pós-abolição. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 12, n. 23, 2011, p.118-139.

GARCIA, Fábio. *Negras pretensões: a presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX*. Florianópolis: Umbutu, 2007. pp.40-41

_____. *Intelectuais negros no pós-abolição: associativismo negro em Florianópolis (1915-1925)*. *Anais XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

_____. *Ildelfonso Juvenal da Silva: um memorialista negro no sul do Brasil*. Florianópolis: Editora Cruz e Sousa, 2019. p. 248-251.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. *A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia*. Tempo, v.13, n.26, 2009.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEI nº749/66. “Denomina Via Publica da capital de Servidão Epaminondas Vicente de Carvalho”. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1966/74/749/lei-ordinaria-n-749-1966-denomina-via-publica-da-capital-de-servidao-epaminondas-vicente-de-carvalho-1966-06-16> . Acesso em: 28-03-2019.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. *A organização e a atividade das associações voluntárias de socorro mútuo de trabalhadores de Florianópolis-SC (1886-1932)*. Mundos do Trabalho, v. 4, n. 7, 2012.

_____. “O lábaro protetor da classe operária”: As Associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886 – 1932). 2009. Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Josiane Zimmermann (Org.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: EdUFSC, 2013.

MARIA, Maria das Graças. *Clubes e associações afrodescendentes na Florianópolis das décadas de 1930 e 1940*. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Josiane Zimmermann (Org.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: EdUFSC, 2013.

MORAES, Marcos Juvêncio de. *Do governo provisório ao fim da Primeira República: 30 anos de intrigas políticas no Governo Catarinense*. PUC-RS. s/d

MORTARI, Cláudia. *A Irmandade do Rosário e seus irmãos africanos, crioulos e pardos*. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. (Org.) *História Diversa: Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, EdUFSC, 2013.

RASCHE, Karla Leandro. *Associações negras: cacumbis, clubes recreativos, blocos carnavalescos e escolas de samba de Florianópolis na primeira metade do século XX*. III Seminário Internacional de História do Tempo Presente, 2017.

_____. *Entre a caneta e o pandeiro: letras e enredos de agremiações afrodescendentes em Florianópolis-SC (1920 a 1950)*. Tese de Doutorado em História, PUC-SP, 2018.

_____. *Imprensa negra e combate ao racismo (Florianópolis, 1914-1925)*. Tempo e Argumento, v. 10, n. 25, p. 38-65, 2018.

REVEL, Jacques. *Prefácio: A História ao Rés-do-Chão*. In: LEVI, Giovanni. *A herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAYÃO, Thiago Juliano. *As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC)*. *Revista Brasileira de História*, v. 35, n. 69, 2015.

SILVA, Lucia Helena Oliveira. *Associativismo negro: federação paulista dos homens de cor (1910- 1936)*. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2015, Curitiba.

TEIXEIRA, Luana. *Associativismo negro em Florianópolis nos anos 1910 e 1920, no prelo*.

_____. *Os homens do Centro: política, classe e raça na Florianópolis dos anos 1920, no prelo*.

ANEXO

Centro Cívico e Recreativo José Boiteux

Diretoria 1920 (*Republica*, Florianópolis 29 de janeiro de 1920, edição 395, p. 2)

Presidente: Trajano Margarida

vice-presidente: André Pinheiro

1º secretário: Agrícola Guimarães

2º secretário: João Ubaldo Falcão

Tesoureiro: Manoel Corrêa

2º tesoureiro: José Gregório

Orador: Ildefonso Juvenal

Procuradores: Edmundo Costa e Olympio Costa/ (Lauro Costa e José Luiz Pereira - *Republica*, Florianópolis 3 de março de 1921, n.717, p. 3)

Diretoria 1921 (*Republica*, Florianópolis 2 de março de 1921, n. 716, p.3)

Presidente: Ildefonso Juvenal

Vice-presidente: Agostinho José Germano

1º secretário: João Ubaldo Falcão (reeleito)

2º secretário: João Candido da Silva

1º tesoureiro Jeronymo Emiliano de Lima

2º tesoureiro: Leonel Martins dos Santos

Orador: João Alfredo Fonseca

1º procurador: Alcides Carvalho

2º procurador: Epaminondas de Carvalho

Comissão de Sindicância: Presidente Elyseu Paula

Membros: Floriano Taboas, Fredelino Vieira da Rosa, João Leocádio da Conceição, Salustiano Nolasco.

Diretoria 1922 (*O Estado*, Florianópolis 27 de janeiro de 1922, n. 2280, p.5)

Não consta o orador.

Presidente: Lauro Francisco da Costa

Vice- presidente: Antonio Joaquim Jacintho

1º secretário: Agrícola Guimarães

2º secretário: Eduardo Farias

1º tesoureiro: Placido Luz

2º tesoureiro: Pedro de Alcantara Machado

1º procurador: Lindolpho de Souza

2º procurador: Cantanilio v. de Souza

Comissão de sindicância: presidente, Antonio Pedro Nelson; membros, Floriano Taboas, Eugenio

Correa, João C. De Barros, e Joaquim Fraga.

Diretoria 1922 Chapa de Ildefonso Juvenal não eleita (*Republica*, ano XVII, Florianópolis 2 de fevereiro de 1922, n. 977, p.3)

Presidente: Ildefonso Juvenal

Vice-presidente: Agostinho José Germano

1º secretário: Fernando Joaquim de Souza

2º secretário: Leonel Martins

1º tesoureiro: José Gregório da Rosa

2º tesoureiro: Thimotheo Alves

Orador: Othelo Baptista

1º procurador: Arthur Jacintho da Rosa

2º procurador: Olavo Belmiro

Comissão de sindicância: presidente, Elyseu Paulo; membros, José Gregório da Rosa, Salustiano Nolasco, Francisco Antonio dos Santos e Diogo Luiz Pereira.

Centro Cívico e Recreativo Cruz e Sousa

Diretoria 1924 (*O Estado*, ano IX, Florianópolis 5 de fevereiro de 1924, n. 2882. p. 2)

Presidente: Trajano Margarida

Vice-presidente: João Manoel da Silva

1º secretário: José Alves Ferreira

2º secretário: Antonio Joaquim Jacintho

1º tesoureiro: Antonio Barbosa

2º tesoureiro: Hygino L. da Silva

Orador: João Guedes da Fonseca

Procuradores: Olavo Belmiro e Oswaldo Rodrigues

Comissão de sindicância: Presidente, André Pinheiro; Membros, Plácido Luz, Lauro Costa, Manoel Correia e Antonio Nelson.

Diretoria 1926 (*O Estado*, ano X, Florianópolis 9 de fevereiro de 1926, n. 3502 , p.1)

Presidente: Manoel A. Correia

Vice-presidente: Antonio Pedro Nelson

1º secretário: André Pinheiro

2º secretário: Antonio J. Jacintho

Tesoureiro: Antonio Barbosa

Procuradores: Floriano Taboas e João Quintanilha

Sindicância: Oswaldo Rodrigues, Hygino Ludovino da Silva, Lindolpho Meirelles, Pedro M. de Mello e José A. Ferreira